

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS JAGUARÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEDU
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

VALÉRIA SILVA BRUM

**CONSTRUINDO A CIDADANIA COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL
DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL.**

**Jaguarão
2023**

VALÉRIA SILVA BRUM

**CONSTRUINDO A CIDADANIA COM ESTUDANTES DO ENSINO
FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL.**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Federal do Pampa – campus Jaguarão, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes

**Jaguarão
2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

B883c BRUM, VALÉRIA SILVA
CONSTRUINDO A CIDADANIA COM ESTUDANTES DO ENSINO
FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL / VALÉRIA SILVA
BRUM.
77 p.
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2023.
"Orientação: LUCIO JORGE HAMMES".
1. Cidadania. 2. Cidadão . 3. Gestão democrática. 4.
Movimento estudantil. I. Título.

VALÉRIA SILVA BRUM

CONSTRUINDO A CIDADANIA COM ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Dissertação defendida e aprovada em: 07 de julho de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes
Orientador
(Unipampa)

Prof. Dr. João Carlos Pereira de Moraes
(UTFPR/ Unipampa)

Prof. Dr Jaime José Zitoski
(UFRGS)



Assinado eletronicamente por **LUCIO JORGE HAMMES**, Professor Permanente do Programa **Mestrado Profissional em Educação**, em 20/07/2023, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **João Carlos Pereira de Moraes**, Usuário Externo, em 27/07/2023, às 08:05, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JAIME JOSÉ ZITKOSKI**, Usuário Externo, em 31/07/2023, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1191388** e o código CRC **93A29402**.

A minha querida mãe Marli que sempre
me incentivou a estudar, ao meu
esposo Aluísio pelo apoio
incondicional.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Marli, pelo incentivo e por mostrar sempre a importância da educação. Agradeço por não medir esforços para que eu sempre estudasse mesmo diante de inúmeras dificuldades!

Ao Aluísio, meu esposo, pela paciência, pela compreensão, pelo carinho e pelo apoio de sempre em todos os momentos. Agradeço pelas palavras de incentivo que me deram força para seguir em frente e me incentivaram na escrita deste relatório.

Ao Prof. Dr. Lúcio Hammes pela sua orientação comprometida e atenta.

Ao Prof. Dr. João Carlos Pereira de Moraes e o Prof. Dr. Jaime José Zitkoski pelas excelentes contribuições no momento da Qualificação do Projeto de Intervenção.

Ao Prof. Dr. Bento Selau, à Prof. Dra. Patrícia Pinho, à Prof. Dra. Juliana Brandão, a Prof. Dra. Ana Cristina da Silva Rodrigues, à sempre lembrada Prof. Dra. Simone da Silva Alves, ao Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha pelas contribuições ao longo do Curso de Mestrado.

Aos colegas de mestrado pelas leituras, momentos compartilhados e pelo conhecimento adquirido.

Aos professores que me acompanharam do Pré-escolar até o Mestrado em Educação, por ajudarem a construir minha trajetória.

À querida Profa. Dra. Arlete Salcides pelos ensinamentos e humanidade na graduação.

Aos amigos que compreenderam as ausências e deram apoio a cada passo desta caminhada.

À Equipe Diretiva da escola Fernando Corrêa Ribas, Profs. Flávio Pacheco, Maria Túlia Arence e Suellen Coelho, demais colegas, alunos e funcionários dessa escola que me receberam muito bem e consegui seguir as aulas do Mestrado e realizar a pesquisa com tranquilidade.

Aos colegas da escola General Antônio de Sampaio que torcem por mim.

Finalmente, aos meninos e às meninas que ajudaram a construir minha identidade docente, ao longo desses anos, saibam que sou grata a cada um de vocês.

É imprescindível que o Estado assegure verdadeiramente que todos são iguais perante a lei e que o faça de tal maneira que o exercício deste direito vire uma obviedade. (FREIRE, 2022, p. 55).

RESUMO

Este Relatório Crítico-Reflexivo é resultado da pesquisa que propôs desenvolver a educação para cidadania com uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal. O objetivo da pesquisa era desenvolver o entendimento de cidadania através de cinco encontros chamados “Círculos Dialógicos”. A metodologia utilizada foi a intervenção pedagógica. Para a coleta de dados foram utilizados instrumentos como diário de campo, fotografias, Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico da escola. Esse movimento de participação estudantil é importante para a formação cidadã e para a história registrada em documentos, as quais demandam da participação de toda comunidade escolar como prática da gestão democrática da escola e ajuda a formar os cidadãos. Os dados indicam que a temática da formação cidadã deveria ser mais trabalhada, construindo várias ações que provam a reflexão sobre cidadania e sobre as práticas de convivência em sociedade.

Palavras-Chave: Cidadania. Cidadão. Gestão democrática. Movimento estudantil.

RESUMEN

Este Informe Crítico-Reflexivo resulta de una investigación que se propuso a desarrollar la educación ciudadana en una clase de 9º grado de primaria de una escuela municipal. El objetivo de la investigación fue desarrollar la comprensión de la ciudadanía a través de cinco encuentros denominados “Círculos Dialógicos”. La metodología utilizada fue la intervención pedagógica. Para buscar los datos fueron utilizados instrumentos como diario de campo, fotografías, Reglamento Escolar y Proyecto Político Pedagógico Escolar. Este movimiento de participación estudiantil es importante para la formación ciudadana y la historia registrada en documentos, que exigen la participación de toda la comunidad escolar como práctica de gestión democrática de la escuela y ayuda a la formación de ciudadanos. Los datos indican que se debe trabajar más el tema de la educación ciudadana, construyendo varias acciones que prueben la reflexión sobre la ciudadanía y las prácticas de convivencia en sociedad.

Palabras clave: Ciudadanía. Ciudadano. Gestión democrática. Movimiento estudiantil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do município de Jaguarão/RS	20
Figura 2 - Foto da frente da escola	23
Figura 3 - Fotos da Quadra e da praça do bairro	24
Figura 4 - Foto da UBS do bairro	24
Figura 5 - Foto da EMEI Pato Donald	25
Figura 6 - Foto do Centro Comunitário Vencato	26
Figura 7 - Música – Pacato cidadão	44
Figura 8 - Poema - Escola.....	45
Figura 9 - Direitos e deveres	46
Figura 10 - Música Coração de estudante.....	47
Figura 11 - Música – A paz.....	48
Figura 12 - Atividade	52
Figura 13 - Foto vídeo “Direitos dos Cidadãos”	53
Figura 14 - Foto da Constituição Federal	54
Figura 15 - Foto dos documentos de um aluno	57
Figura 16 - Frases sobre boas práticas da convivência	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os encontros de intervenção/ Círculo Dialógico.....	42
Quadro 2 - Perguntas aos alunos.....	49

LISTA DE SIGLAS

ANEL - Assembleia Nacional dos Estudantes Livres

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

DAs - Diretórios Acadêmicos

DCEs - Diretórios Centrais Estudantis

CAs - Centros Acadêmicos

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

HIV- Sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana, causador da Aids.

IST - Infecções sexualmente transmissíveis.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

OE - Orientadora Escolar

SOE - Serviço de Orientação Educacional

UEEs - Uniões Estaduais de Estudantes

UJS - União da Juventude Socialista

PPP - Projeto Político Pedagógico

PSE - Programa de Saúde na Escola

UBS - Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
2 CONTEXTO ESCOLAR	20
3 REFERENCIAL TEÓRICO	27
3.1 Educação e cidadania	27
3.2 Escola Cidadã	29
3.3 Escola e família abordando a legislação educacional brasileira.....	33
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
5 A INTERVENÇÃO	42
5.1 1º Círculo Dialógico - 16 de setembro de 2022 - Direitos e deveres dos cidadãos	43
5.2 2º Círculo Dialógico - 23 de setembro de 2022 - Como exercer direito à cidadania?	44
5.3 3º Círculo Dialógico - 03 de outubro de 2022 - Práticas de Convivência	45
5.4 4º Círculo Dialógico - 13 de outubro de 2022 - O papel político do Cidadão.....	45
5.5 5º Círculo Dialógico - 25 de outubro de 2022 - Educação para a paz	48
6 ANÁLISE DE DADOS	50
6.1 Direitos e deveres dos cidadãos	51
6.2 Como exercer direito à cidadania?	55
6.3 Práticas de convivência em sociedade.....	58
6.4 O papel político do cidadão	60
6.5 Educação para paz.....	62
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICES	72
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO	72
APÊNDICE B - PROJETO DE EXTENSÃO	74

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este Relatório Crítico-Reflexivo é resultado da pesquisa que propôs desenvolver a educação para cidadania com uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública municipal da cidade de Jaguarão, Rio Grande do Sul - RS. A pesquisa teve por base uma intervenção pedagógica que buscava desenvolver junto aos estudantes esclarecimentos sobre direitos e deveres compartilhados entre os atores sociais envolvidos nesta escola e sua comunidade, que luta pela permanência e sucesso.

O que entendemos de cidadania? e Para que serve? Foram as questões de pesquisa que orientaram este trabalho. Uma revisão bibliográfica ajudou a esclarecer essas questões.

Como Orientadora Educacional da Escola (OE), entendo que uma de minhas funções está voltada para a formação do aluno na construção para a cidadania e participação política. Grispun (2006) afirma que as atribuições do Orientador Educacional seriam mais especificamente vinculadas à escolha profissional, tais como aplicação de técnicas para auxiliar os jovens neste processo, contribuindo para uma postura de cidadania, envolvendo aspectos de conduta, aprendizagem, valores, entre outros, além de trazer a participação dos estudantes nas atividades propostas pela escola.

O exercício da profissão de Orientador ou Orientadora Educacional foi reconhecido pelo Decreto nº 72.846, 26 de setembro de 1973 (BRASIL, 1973), que regulamenta a Lei n.º 5.564, de 21 de dezembro de 1968. Este profissional, no decorrer dos anos, foi perdendo espaço dentro das escolas, sendo muitas vezes substituído por outros que não caracterizam a função, que é auxiliar, colaborar e promover os alunos para uma vivência escolar adequada.

O Serviço de Orientação Educacional (SOE) é necessário no ambiente escolar e busca reconhecimento e conquista seu espaço pelo auxílio no desenvolvimento dos alunos, que é feito em conjunto com os professores. Em relação ao trabalho do orientador educacional, a Lei 5692/71 (BRASIL, 1971) veio instituir a obrigatoriedade desse profissional. Já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96 (BRASIL, 1996), o trabalho do orientador não é mencionado como obrigatório, mas ao se tratar da formação de profissionais de educação, no

artigo 64, o orientador educacional é mencionado e deve obter sua formação em nível Superior ou Pós-Graduação.

No Plano de carreira do município de Jaguarão, onde está localizada a Escola Fernando Corrêa Ribas, é definido o cargo de Pedagogo-Orientador Educacional, exercido através de concurso público, sendo em 2019 o primeiro concurso público para essa área. O trabalho desse profissional no SOE existe nas escolas para auxiliar o trabalho dos estudantes, tratando-os como sujeitos do processo educacional, trabalhando com eles de forma a serem estimulados a terem uma participação mais ativa na escola, interagindo e tomando decisões. Então, o SOE trabalha com base no que diz Freire (1992), defende que o que importa é que realmente ao ajudar-se o homem é ajudá-lo a ajudar-se (E aos povos também). Ou seja, o Orientador Educacional deve trabalhar com os estudantes de maneira a ajudá-los a serem atuantes, críticos e conscientes de que existem documentos escolares que exigem sua participação nos projetos e decisões.

Na convivência com estudantes e educadores dentro das escolas como Orientadora Educacional, percebo que a participação dos estudantes ainda é limitada. Muitas vezes são considerados “imaturos” e não sabem discernir direitos e deveres ou não precisam ser ouvidos.

Embora a educação assuma um papel de formar para a cidadania e para a democracia, a escola e seus professores devem estar preparados para trabalhar conjuntamente para atingir seus objetivos, que é oferecer uma educação de qualidade que possibilite o sujeito exercer seu papel na sociedade. Este trabalho deve se dar de maneira participativa, em que todos os envolvidos na tarefa de educar possam assumir uma postura relevante para a educação dos sujeitos. Dentre os profissionais envolvidos temos a figura do pedagogo, que, segundo Libâneo (2008, p. 33):

[...] pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana [...]

O desenvolvimento da cidadania com estudantes não pode manter as decisões na equipe diretiva, ou apenas na opinião dos educadores e funcionários, as decisões precisam ser tomadas levando em conta o princípio da coletividade, na

união de todos os participantes, na discussão no grande grupo, com representantes de todos os segmentos.

De acordo com Zitkoski e Hammes (2014, p. 124),

[...] a valorização dos diversos saberes e da participação de toda a comunidade escolar envolvendo os alunos, professores e funcionários na gestão de um novo projeto educacional proporcionará um melhor funcionamento da escola com relações mais humanizadas de quem nela convive. Esse processo de diálogo oportuniza a produção de conhecimentos mais significativos para a vida dos educandos, além da emancipação e afirmação da autonomia dos sujeitos que em torno da escola circulam.

A proposta da Escola Cidadã deve levar em conta os mais variados saberes dos estudantes. Com base nisso, este trabalho desenvolvido com os estudantes do 9º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Fernando Corrêa Ribas não se propõe apenas ensinar-lhes cidadania, mas fazer com que saibam a importância de exercê-la.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola Fernando Corrêa Ribas diz que “a escola deve ser democrática” e tem como objetivo geral

[...] proporcionar aos alunos condições de sentirem-se parte integrante da escola, dando-lhes a oportunidade de perceberem seus valores, relacionando seus projetos pessoais com projetos coletivos e instrumentalizá-los por meio dos conteúdos formais desenvolvidos, buscando a formação individual e coletiva de forma responsável e consciente da constante transformação do mundo em que vivemos e da necessidade de sua preservação (PPP, 2020, p. 04).

Segundo Zitkoski e Hammes (2014), o grande desafio de toda e qualquer instituição escolar é formar para a cidadania e, para isso, o ambiente escolar deve ser o exemplo de democracia e participação cidadã. Com este objetivo, sua proposta é incluir os estudantes nas decisões de maneira a prepará-los para a vida além dos muros da escola. É necessário proporcionar momentos de diálogos e reflexões para os estudantes para o exercício da cidadania. Essa construção se efetivará através de oportunidades de aprendizagens, vivenciando experiências significativas no contexto escolar e buscando novas soluções para antigos problemas.

O artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) estabelece que os sistemas de ensino definam as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica. Já o artigo 12, alínea VI, menciona que essa gestão deverá ser articulada com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996). Portanto é de

fundamental importância que haja a participação efetiva entre todos os envolvidos no processo educacional, pois o conceito de gestão democrática envolve além dos professores, os funcionários, pais, estudantes e todos os representantes da comunidade escolar, todos têm interesse na escola e na sua melhoria enquanto instituição. Gestão pressupõe a ideia de participação, de uma ação construída em conjunto com seus componentes pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um todo orientado por uma vontade coletiva (LÜCK *et al*, 2000). Diante disso, já é consenso de que o PPP deveria ser construído coletivamente para que os objetivos sejam alcançados e efetivados na interação entre os sujeitos na busca de melhores resultados.

Conforme Minayo (1994), para fazermos ciência necessitamos de um método. E, por compreendermos que a pesquisa qualitativa se volta para aspectos da realidade que não são possíveis de quantificá-los, nesse trabalho adotamos a abordagem qualitativa, com a intenção de compreendermos o universo subjetivo e dinâmico.

A abordagem da pesquisa é do tipo Intervenção Pedagógica que, segundo Ludke e André (1986), consiste na investigação um esforço para elaborar conhecimento sobre os aspectos da realidade na busca de soluções para os problemas encontrados. Já segundo Damiani *et. al* (2013), a pesquisa do tipo intervenção pedagógica é aquela que o pesquisador planeja e intervém com a intenção de produzir avanços e, posteriormente, avalia os efeitos produzidos.

Em seu relato de pesquisa deve contemplar dois componentes principais:

O método da intervenção deve ser descrito pormenorizadamente, explicitando seu embasamento teórico. Aqui, o foco do autor do relatório deve estar voltado somente à sua atuação como professor (agente da intervenção). O método de avaliação da intervenção tem o objetivo de descrever os instrumentos de coleta e análise de dados utilizados para capturar os efeitos da intervenção. (...) tendo o foco na atuação do autor como pesquisador. A avaliação da intervenção (...) é igualmente composta por dois elementos: os achados relativos aos efeitos da intervenção sobre seus participantes e os achados relativos à intervenção propriamente dita (DAMIANI *et al.*, 2013, p. 62).

Dentro do que se quer investigar, a pesquisa vai proporcionar uma visão do processo educacional, no caso deste trabalho a visão dos estudantes sobre a seu papel enquanto integrantes de uma escola que tem como princípio a gestão democrática. Para Gil (2011, p. 45), a pesquisa é definida como:

Procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. [...] A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos (...) ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

O objeto de estudo é a participação dos estudantes, através deste espaço eles têm a oportunidade de se manifestarem falando o que pensam, discutindo como se dá a articulação entre prática e teoria, percebendo como entendem essa participação, se ela ocorre ou não e de que maneira ela é vista, tanto por eles como pela escola em si.

Para Bernadete Gatti (2005, p. 71), a pesquisa

[...] não pode estar a serviço de solucionar pequenos impasses do dia a dia, porque ela, por sua natureza e processo de construção parece não se prestar a isso, vez que o tempo de investigação científica, em geral, não se coaduna com as necessidades de decisões mais rápidas. E continua "a busca da pergunta adequada, da questão que não tem resposta evidente é que constitui o ponto de origem de uma investigação científica".

A partir disso, esta investigação foi dividida em três etapas: a exploratória, o desenvolvimento e a de avaliação da eficácia. A etapa *exploratória* corresponde à aproximação com o campo de pesquisa utilizando revisão bibliográfica e conversa com os professores e estudantes sobre o Projeto. A fase de *desenvolvimento* foi feita através de um questionamento aos estudantes para descobrir o que eles sabiam e pensavam sobre o tema, além da realização das ações com estes estudantes. A fase *avaliativa* foi feita sempre após o término de cada ação, através de registros, depoimentos, participação e interesse dos estudantes.

Esperava-se que esta Pesquisa contribuísse com os estudantes no entendimento de cidadania, na sua formação, construção e participação política.

2 CONTEXTO ESCOLAR

A pesquisa foi realizada na cidade de Jaguarão, que está localizada na margem esquerda (norte) do Rio Jaguarão, em frente à cidade uruguaia de Rio Branco, e deve sua origem à disputa territorial entre as duas coroas ibéricas após o fim da União Ibérica (1640). É descendente da chamada “Guarda do Cerrito”, um fortim espanhol fundado em 1792 e tomado pelos portugueses em 1802, que um ano depois construíram nas proximidades a Guarda da Lagoa e do Cerrito. Este agrupamento deu origem à povoação de Jaguarão, reconhecida como freguesia em 1812 com o nome de Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão, elevada à vila duas décadas depois e à cidade já em 23 de novembro 1855¹. Jaguarão faz limites com os municípios de Herval, Lagoa Mirim, Arroio Grande (Brasil) e Rio Branco (Uruguai), localiza-se a cerca de 395 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul e tem uma população estimada, segundo dados do IBGE (2021), em 26.327².

Abaixo, o mapa de localização do município de Jaguarão.

Figura 1 - Mapa do município de Jaguarão/RS



Fonte: Google Maps³

¹ Dossiê de Tombamento disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/sigwebjaguarao/files/2014/09/Dossi%C3%AA-Tombamento-Jaguar%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/panorama>. Acesso em: 17 jun. 2023.

³ Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Jaguarão+++RS>. Acesso em: 17 jun. 2023.

O local de desenvolvimento da pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Fernando Corrêa Ribas, situada no bairro denominado Vencato. Conforme a pesquisa etnográfica da mestranda em Antropologia Fládiane Nunes Teixeira (2019), o bairro surgiu aproximadamente nos anos de 1973 a partir da iniciativa privada do senhor Frederico Vencato. Ela diz que:

Embora se tratando de um loteamento privado, o mesmo já se iniciou sem infraestruturas, tendo os moradores que se mobilizarem em prol de melhorias para o bairro. O bairro está localizado ao sul do centro da cidade e, conforme o plano diretor do município de Jaguarão, compreende ao sul da Rua Uruguai, tendo como limite o Rio Jaguarão, o lado leste da rua 24 de maio, até o limite da Chácara do Galo (TEIXEIRA, 2019, p. 11).

A escola está localizada na Rua Rosalino Lopes de Moura, n. 121, entre as ruas Almirante Tamandaré e Odilo Gonçalves, nas proximidades do Rio Jaguarão.

O prédio possui 7 (sete) salas de aula que comportam de 10 a 15 alunos, sendo uma sala adequada à educação infantil com banheiro próprio, uma sala de professores, uma biblioteca, um laboratório de informática, secretaria, sala de direção, sala de supervisão, sala de orientação educacional, uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), três banheiros masculinos (um deles possui acessibilidade) e três femininos (sem acessibilidade), cozinha e refeitório (com rampas de acessibilidade). Também possui quadra de esportes (sem cobertura) para a prática de Educação Física, além de uma praça para educação infantil.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Fernando Corrêa Ribas possui como embasamento legal os seguintes documentos:

- Portaria de funcionamento 00089 e decreto municipal 83/88, sendo 16/03/1989 a data de início de seu funcionamento;
- O Parecer do CEED 354/2005, que credencia e autoriza a oferta de educação infantil faixa etária de 4 a 6 anos;
- O Parecer do CEED número 121/2011, que credencia e autoriza o funcionamento do Ensino fundamental de 8 anos.

Primando pelo cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e da Lei 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, que altera a LDB e amplia o Ensino Fundamental para 9 (nove) anos de duração, com matrícula de crianças de 6 (seis) anos de idade, implantou-se progressivamente o Ensino Fundamental de 9 (nove)

anos no ano 2006 (1º ano); 2007 (2º ano); 3º ano (2008); 4º ano (2009); 5º ano (2010); 6º ano (2011); 7º ano (2012); 8º ano (2013) e assim sucessivamente até a substituição total no ano 2014 (9º ano); extinguindo-se totalmente o Ensino Fundamental de 8 (oito) anos.

Conforme o PPP da escola, a instituição tem como patrono o Dr. Fernando Corrêa Ribas, médico cardiologista e ex-prefeito, que faleceu tragicamente em um acidente de carro, no ano de 1988. A escola possui como símbolos da instituição a Bandeira e o Hino, criados por professores dela.

Os estudantes atendidos, em sua maioria, fazem parte do bairro Vencato e adjacentes. Podem ingressar aos quatro anos de idade na Educação Infantil e permanecer até o 9º ano concluindo o Ensino Fundamental.

De acordo com o PPP da escola, seu objetivo é

Proporcionar aos alunos condições de sentirem-se parte integrante da escola, dando-lhes a oportunidade de perceberem seus valores, relacionando seus projetos pessoais com projetos coletivos e instrumentalizá-los por meio dos conteúdos formais desenvolvidos, buscando a formação individual e coletiva de forma responsável e consciente da constante transformação do mundo em que vivemos e da necessidade de sua preservação (PPP, 2020, p. 04).

As famílias que compõem a comunidade escolar pertencem às classes populares. 48% possuem Bolsa Família, que é o novo programa social de transferência de renda direta e indireta destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Além de garantir uma renda básica a essas famílias, o programa busca simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social e em sua maioria participam de forma satisfatória da vida escolar de seus filhos, integrando-se as atividades curriculares e extracurriculares propostas pela instituição. Porém é observado que nos anos finais do Ensino Fundamental a participação da família não é satisfatória. Alguns familiares de alunos apresentam problemas de drogas, são presidiários, ex-presidiários ou estão em prisão domiciliar.

Esta instituição de ensino funciona em dois turnos, manhã e tarde. Atende alunos do pré-escolar ao 9º ano, totalizando 125 alunos. Conta com 18 professores, dos quais três afastados por Laudo Médico. Ainda conta com 5 funcionários, dos quais tem uma em afastamento de saúde, e uma secretária para os dois turnos.

A equipe gestora é composta pelo diretor, vice-diretora, supervisora pedagógica e orientadora educacional. No turno da manhã há cinco turmas, uma de alfabetização (para alunos do terceiro ao quinto ano que estão em defasagem de aprendizagem), uma turma de 6º ano, uma turma de 7º ano, uma turma de 8º ano e uma turma de 9º ano. No turno da tarde há seis turmas, um pré-escolar, uma turma de 1º ano, uma turma de 2º ano, uma turma de terceiro ano, uma turma de 4º ano e uma turma de 5º ano. A escola oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE).

No bairro Vencato também há a Escola Municipal de Educação Infantil Pato Donald; a Unidade Básica de Saúde (UBS) Carlos Olavo Chaves; O Centro Comunitário da Zona “C”; praça para recreação e quadra sem cobertura para futebol. Também possui uma comunidade católica, São Vicente de Paulo, que tem um trabalho junto aos moradores do bairro, o Centro Espírita Paz e Amor e aproximadamente sete terreiros de matriz africana.

Figura 2 - Foto da frente da escola



Fonte: Face book da escola⁴

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/fernando.ribas.7792> . Acesso em: 17 jun. 2023.

Figura 3 - Fotos da Quadra e da praça do bairro



Fonte: Material da pesquisadora (2023).

Nessa praça para recreação e quadra sem cobertura para futebol os jovens reúnem-se à tardinha e nos finais de semana para lazer, mas à noite, conforme relato de uma moradora do bairro, tornou-se perigosa, pois há a presença de alguns usuários de entorpecentes.

Figura 4 - Foto da UBS do bairro



Fonte: Material da pesquisadora (2023).

A UBS Carlos Olavo Chaves disponibiliza atendimento médico e odontológico à maioria dos estudantes da escola quando necessitam e tem um trabalho em parceria com a escola através do PSE (Programa Saúde na Escola). Através dele realizam palestras na escola relacionadas com a saúde como Prevenção ao uso do álcool, tabaco e outras drogas, Saúde bucal, saúde sexual e reprodutiva e prevenção do Hiv/Ist.

Figura 5 - Foto da EMEI Pato Donald



Fonte: Material da pesquisadora (2023).

Escola Municipal de Educação Infantil Pato Donald, que atende as crianças menores de 5 (cinco) anos.

Figura 6 - Foto do Centro Comunitário Vencato



Fonte: Material da pesquisadora (2023).

O Centro Comunitário da Zona “C” foi instalado no bairro através de um convênio entre a prefeitura e os moradores, em que a prefeitura cederia o local e os materiais para construção e os moradores deveriam construí-lo. Oferece aula de dança e capoeira (alguns estudantes da escola participam) e aos domingos realizam bingos e feijoadas para arrecadar dinheiro para melhorias no prédio⁵.

⁵ O entorno da escola foi descrito uma vez que ali se produz a cidadania.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Educação e cidadania

Ao pesquisar o significado da palavra cidadania no Dicionário online de Português, este afirma que significa que é a condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais, que garantem a participação na vida política. Sua origem etimológica é Cidadã + nia.

Encontramos indefinições sobre o tema. Alguns autores tentam explicar o que seria cidadania e para que serve. Autores como Gentili e Alencar (2001) afirmam que “a cidadania deve ser pensada como um conjunto de valores e práticas cujo exercício não somente se fundamenta no reconhecimento formal dos direitos e deveres que a constituem na vida cotidiana dos indivíduos” (GENTILI; ALENCAR, 2001, p. 87). Quer dizer que não basta que se defina o conceito, mas sim a prática dessa definição.

Cidadania, conforme Francisca Socorro Araújo (s.a), significa, além do reconhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos, o cumprimento deles por parte da sociedade. Igualdade de direitos, de deveres, de oportunidades. Enfim, participação social e política, não apenas, por exemplo, votar e ser votado. A cidadania deve ser pensada como condição fundamental de uma sociedade democrática.

Ser cidadão significa, conforme a tradição grega, em termos bastante genéricos, ser o habitante da cidade, que implica pertencimento a determinado espaço geográfico. Ao extrapolar estes limites faz desaparecer as peculiaridades de cada espaço e também dos indivíduos implicados. Serão todos “cidadãos do mundo” (ARAÚJO, s.a, n.p)⁶, sujeitos indefinidos.

Segundo Romão (2000, p. 222), o termo cidadania é carregado de ambiguidades e sobrecarregado de uma opinião concebida europeia-ocidentalizante. Na antiguidade, vinculado ao habitante da cidade-estado grega, o qualificativo “cidadão” era reservado a uma pequena parcela da população detentora de privilégios e por força da origem. O autor diz que:

⁶ ARAÚJO, Francisca Socorro. Cidadania e Educação. In: **InfoEscola**: Navegando e aprendendo. s.a., n.p. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/cidadania-e-educacao/>. Acesso em: jul. 2023.

Quando Aristóteles usava o vocábulo “cidadão”, ele estava se referindo as minorias privilegiadas às quais competia as tarefas humanas, isto é, as artes do pensar e da direção, reservando aos demais as embrutecedoras atividades manuais que, por sua natureza, impediam a cidadania (ROMÃO, 2000, p. 222).

No Império Romano, ser cidadão constituía pertencer a uma classe social superior, dos chamados “homens livres” (não escravos), que eram possuidores do direito a participação na vida do Estado e poderiam ser proprietários.

O movimento anti-autoritário na educação não é algo novo. Mas foi a “Escola Nova” que introduziu o termo de autonomia escolar e seus métodos ativos e livres de educação. Essa concepção de autonomia da Escola Nova tem suas raízes no ideário iluminista do XVIII. O termo Escola Nova esteve inicialmente ligado às tentativas de renovação da escola no último quarto do século XIX e início do século XX e também para marcar a necessidade de uma escola diferente da tradicional.

Saviani (2007) diz que essa concepção nasceu das necessidades postas pela prática de muitos educadores, pois a pedagogia tradicional, de caráter tecnicista, não apresentava características contextuais e históricas; faltava-lhes a consciência dos condicionantes histórico-sociais da educação.

O professor deve estimular, mas a iniciativa é dos alunos. “Em suma, a feição das escolas mudaria seu aspecto sombrio, disciplinado, silencioso e de paredes opacas, assumindo um ar alegre, movimentado, barulhento e multicolorido,” (SAVIANI, 2009, p. 09).

O conceito de cidadania é ampliado na perspectiva de Dalmo Dallari (1998) quando faz referência aos grupos dos excluídos de participação na vida da sociedade. Para o autor,

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALLARI, 1998, p. 14).

A escola pode ser um espaço privilegiado no processo de resgate do grupo dos desprovidos da vida em sociedade. Desta forma, pensar a relação educação e cidadania é pertinente uma vez que educar para a cidadania está entre as tarefas da escola e do professor.

Para Adams e Andreis (2012, p. 37),

Ninguém nasce cidadão. A cidadania precisa ser aprendida e a escola é o lugar onde esse processo pode ser construído. Tornar-se cidadão requer ter a oportunidade de ingressar na interpretação das compreensões de mundo, até aquele momento, acordados pelos sujeitos que o compõem. Entendemos que o papel da escola é oportunizar o ingresso no mundo comum pelo acesso à tradição como constituinte do presente.

Ainda segundo Adams e Andreis (2012, p. 38), “A educação escolar funciona como um processo de abertura e inclusão das novas gerações no mundo comum, na e pela tradição, criando um mundo comum [...]”. Aprendemos a ser cidadãos.

As escolas e as universidades são espaços privilegiados para o debate sobre democracia e justiça social, temas essencialmente políticos e que remetem a uma das principais finalidades da educação, que é a de romper com visões de mundo naturalizadas. Neste cenário, a escola pública assume um papel de destaque, visto que se trata do espaço formativo da maioria, sobretudo das classes populares.

Concordando com Arroyo (2003), considera-se que a construção da cidadania no ambiente da escola pública precisa relativizar saberes e práticas sistematizadas no senso comum, propondo outras formas de compreensão da realidade, sobretudo de natureza científica, sem desvalorizar a cultura popular, que é produto e produtora de identidades coletivas. Entretanto, é fundamental superar a concepção tradicional de educação, calcada na reprodução de conteúdo, que só reproduz as desigualdades sociais.

Numa perspectiva emancipatória busca a formação crítica do cidadão, com vista a um processo de conscientização (FREIRE, 1987), na tentativa de fazer renascer um novo projeto de sociedade, onde o ‘eu e nós’ seja realmente valorizado.

3.2 Escola Cidadã

Usualmente, designa-se por *Escola Cidadã* um movimento que nasceu no Brasil no final da década de 80 e início da década de 90. Foi fortemente enraizado numa concepção e numa prática da educação “para cidadania”, sendo realizado em diversas regiões do país onde existia o compromisso com uma proposta de educação democrática.

Conforme Gadotti (2000), a Escola Cidadã tem, em seu percurso histórico, raízes nos pressupostos da Educação Popular, que surgiu na América Latina ao meio das lutas populares.

A educação popular como prática pedagógica e educacional pode ser encontrada em todos os continentes, manifestadas em concepções e práticas muito diferentes e até antagônicas. Passou por diversos momentos epistemológicos – educacionais e organizativas, desde a busca pela conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa da escola pública popular comunitária, nos anos 70 e 80, até a Escola Cidadã, nos últimos anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências.

Nas décadas de 70 e 80, o Brasil viveu um importante momento na educação em favor de reformas estruturais dando base ao surgimento a movimentos sociais e as mais diversas teorias educacionais que hoje conhecemos, em especial, a obra de Paulo Freire em defesa da educação como prática de liberdade. “A conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente libertadora e por isso respeitadora do homem como pessoa” (FREIRE, 2002, p. 55).

Freire (1996) declara que o Projeto Escola Cidadã propõe a autonomia da escola na perspectiva de uma ampla mudança estrutural, que transforme a escola pública em verdadeiro espaço de possibilidades para a construção de uma educação em cidadania, como adverte:

A ideia de autonomia é intrínseca à ideia de democracia e cidadania. Cidadão é aquele que participa do governo e só pode participar do governo quem tiver poder, liberdade e autonomia para exercê-lo. [...] a autonomia da escola permite maior flexibilidade e transparência, coordenação e organicidade (FREIRE, 1996, p. 37- 40).

Romão (2000), um dos idealizadores do Projeto Escola Cidadã, trata a questão da finalidade da educação em cidadania, estabelecendo uma relação entre autonomia, descentralização e as unidades básicas dos sistemas educativos, as escolas. Ele lembra:

A autonomia das unidades escolares não prejudica a necessidade de um sistema único, pelo contrário, o exige como condição da distribuição equânime das oportunidades educacionais, tanto em termos de acesso quanto no sentido da qualidade dos serviços prestados. A ênfase nos conselhos escolares como condição necessária, porém insuficiente, destaca que a participação nesses colegiados tem de ser complementada por outras

iniciativas da chamada “gestão democrática”, da comunicação direta das escolas com a população – que, por isso mesmo, necessitam da autonomia para a inovação e a experimentação político-pedagógica – além da avaliação permanente do desempenho escolar (ROMÃO, 2000, p. 113).

Segundo Gadotti (2000), as escolas que estão construindo o projeto de Escola Cidadã têm uma formação específica da realidade local, tendo como princípio básico respeitar as características histórico-culturais, os ritmos e as conjunturas específicas. A sua formulação é parecida de um diagnóstico da situação das escolas, das disposições políticas dos decisores e administradores dos recursos disponíveis.

Os Conselhos de escola ou colegiados são órgãos de democratização e podem representar uma ampliação da participação da comunidade escolar, porém não pode ser o único instrumento de democratização escolar. Como Romão (2000, p. 105) adverte:

O Projeto da Escola Cidadã busca uma nova concepção de sistema único de descentralização, caracterizado pela gestão democrática, pela comunicação direta entre a administração e a escola e a população, pela autonomia da escola – controle sobre a formulação e implementação de seu projeto político pedagógico - e pela avaliação permanente de seu próprio desempenho.

No Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2014), que é um documento que propõe a ratificar a democratização da gestão educacional e escolar (administrativa, pedagógica e financeira), é destacado, entre outros mecanismos e decisão da escola, a importância do projeto político pedagógico e o redimensionamento do papel do Conselho Escolar.

Para Romão (2000), o Projeto da Escola Cidadã é uma alternativa pedagógica socialista, isto é, uma proposta emancipatória em oposição a um modelo de escola homogêneo. Esse projeto tem por objetivo capacitar e potencializar o aluno para que ele seja capaz de interpretar e apropriar-se da realidade, além de prepará-lo para participar de sua construção social, sendo sujeito de sua própria história. O Movimento Escola Cidadã representa a organização de uma educação transformadora de (re)construção, de reparo a injustiças, eliminando a discriminação e promovendo a inclusão cidadã.

A educação, na concepção da Escola Cidadã, orienta-se para e pela cidadania, ou seja, esta é tanto seu objetivo maior, quanto o meio através do qual traça seu curso. Confirmado na citação de Freire (*apud* GADOTTI, 2000, p. 68-69):

A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia.

A Escola Cidadã deve aprofundar e disseminar ao lado de “quem está nela e quem vem a ela” (FREIRE, 2022), reside na formação do sujeito social ativo, que tem plena consciência de seus direitos e deveres e que em relação a estes é, coletivamente, capaz de posicionamento e organização.

Outro elemento geral da Escola Cidadã é a necessidade da educação estar atenta às questões do mundo do trabalho. Gadotti (2006, p. 90) é um dos que debate com clareza esse ponto, afirmando que a cidadania deve ser capaz de “governar e controlar o desenvolvimento econômico e o mercado”. Isso tornaria possível a sustentabilidade e a justiça social, como alternativa viável contra os desmandos do capitalismo neoliberal. Romão (2003, 2005) afirma que estamos num momento histórico muito singular, em que há uma rara coincidência entre os interesses do capital e do trabalho a favor de uma educação básica flexível e de qualidade. As duas citações seguintes explicam a argumentação deste autor.

Há um reconhecimento progressivo do valor da educação básica, não mais apenas como fator de erudição e ilustração – pálido verniz que encobre o vazio do fundo –, mas como instrumento político-sócio-tecnológico-cultural estratégico. Pela primeira vez na História, diz até que os interesses do capital e os do trabalho estão coincidindo neste particular: o sistema econômico tem cobrado educação básica de qualidade, por necessitar mais de flexibilidade no comportamento produtivo do trabalhador do que de adestramentos especializados para a linha de montagem (ROMÃO, 2003, p. 18).

A escolarização deve ser crítica e preparar os estudantes ao mundo do trabalho.

Tem havido uma feliz coincidência entre os interesses da classe trabalhadora e os da classe empregadora quanto à escolarização: educação geral para todos. É evidente que o empresariado não se converteu de uma hora para a outra às bandeiras secularmente defendidas por seus opositores. As modificações aceleradas no sistema produtivo [...] estão a exigir novo tipo de “treinamento” dos trabalhadores. Eles necessitarão, cada vez mais, flexibilidade no comportamento produtivo, capacidade de aprender a aprender, comunicabilidade. É claro também que circunscrever as finalidades da educação básica de trabalhadores aos reclamos do sistema produtivo significa restringi-la e empobrecê-la. [...] Os interesses últimos dos trabalhadores não estão objetivados apenas no caráter “adestrativo” e instrumentalizador que a educação geral possa ter, mas nas perspectivas que ela abre para a visão de mundo crítica. Esta possibilidade é uma das contradições a que os detentores do capital têm de incorrer, se quiserem manter a acumulação e expandi-la [...] (ROMÃO, 2005, p. 55-56).

A Escola Cidadã é construída por pessoas e, por isso, as vezes parece complicada dentro de uma visão neoliberal e acaba por exigir constante exercício de reflexão e diálogo. Freire (2001a, p. 55) diz que “[...] o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento”.

Concordo com Freire quando diz que ensinar não pode ser apenas um processo de transmissão de conhecimentos, em que o estudante os recebe e que o professor deposita (FREIRE, 1987). Ensinar seria um ato de amor, de coragem, de construção de conhecimentos, em que o debate e o respeito entre professores e estudantes são imprescindíveis, por isso, se queremos uma escola cidadã devemos cuidar do diálogo e o respeito entre seus atores.

3.3 Escola e família abordando a legislação educacional brasileira

As relações entre escolas e famílias constituem um tema que vem ganhando importância e visibilidade crescentes na sociedade atual, conquistando espaços nos meios de comunicação, nas políticas públicas, nos projetos pedagógicos das escolas e nas pesquisas científicas sobre educação (SILVA, 2003; RESENDE, 2016).

A cooperação entre as duas instâncias tem sido estimulada por políticas públicas em diversos países do mundo ocidental (NOGUEIRA, 2011; SILVA, 2003). No Brasil, pode-se citar como exemplos: o “Dia Nacional da Família na Escola” (24 de abril), instituído pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 2001 e promovido por diversas redes de ensino desde então; a “Pesquisa Nacional Qualidade da

Educação: a Escola Pública na opinião dos pais”, realizada em 2005 pelo MEC; o Plano de Mobilização Social pela Educação (PMSE), lançado pelo MEC em 2008 como um “chamado [...] à sociedade para um trabalho voluntário de mobilização das famílias e da comunidade pela melhoria da qualidade da educação brasileira” (BRASIL, 2008, p. 1, *apud* SILVA, 2003; RESENDE, p. 02).

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, popularmente conhecida como Carta Magna ou Constituição Cidadã, são fundamentos do nosso Estado Democrático de Direito: “a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político” (BRASIL, 1988). Em consonância com a carta magna de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, entende que a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, tendo “por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, art. 2º).

A referência à cidadania entendida como direitos e deveres na Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988) está expressa no Título I e Título II, distribuídos em seus V Capítulos e 17 artigos. Entre os fundamentos do Estado Democrático de Direito que constitui a República Federativa do Brasil figuram a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político (Art. 1º). A cidadania aparece ainda, nos objetivos de nossa constituição, embora de modo indireto. Também, constituem condição de cidadania os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil o exposto no Art. 3º:

- I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
[...]
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

A referida Constituição possui a seguinte previsão em seu art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Alguns dos direitos de um cidadão de acordo com a Constituição (BRASIL, 1988)

- * A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados;
- * A liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- * A livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- * A livre locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Deveres do cidadão:

- * O respeito e o cumprimento da legislação do Brasil;
- * O cumprimento do serviço militar obrigatório nos termos da lei;
- * A proteção ao patrimônio histórico, cultural e ambiental do Brasil.

O Artigo 2º da LDB (BRASIL, 1996) dispõe que a educação é tanto dever da família como do Estado. Para Saviani (2007), a inversão na ordem dos termos “Estado” e “família”, em relação ao texto constitucional, pode estar ligada ao debate, durante a tramitação da LDB, entre os defensores da escola pública e da escola particular, no qual a Igreja Católica “afirmava a precedência da família em matéria de educação, situando o Estado em posição subsidiária” (SAVIANI, 1997, p. 202).

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) propõe que se desenvolva nos componentes curriculares, a partir do trabalho por competências e habilidades, a formação integral dos sujeitos em todas as dimensões da vida humana. A BNCC define competência como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018).

Segundo Romanelli (2013), têm sido realizados trabalhos referentes à família e sua relação com a escola por vários pesquisadores até mesmo de outras áreas, como a psicologia e a demografia e vinculados em revistas desses campos. Ainda na contemporaneidade da educação brasileira um dos temas que ainda aparece é a dificuldade encontrada na construção de parceria entre a escola e a família. Ansara

e Silva (2014) apontam que essa dificuldade se dá pela marca autoritária pela qual a instituição escolar se relaciona com a família.

Segundo Castro e Regattiere (2009, p. 15):

Percebemos que geralmente processo escola-família é desencadeado sem os devidos e desejáveis cuidados preliminares: é muito comum os sistemas de ensino e escolas partirem direto para a negociação/cobrança de responsabilidades das famílias, antes de compreenderem as condições dos diversos grupos de familiares dos alunos. Ao suprimir a etapa inicial, os projetos de aproximação podem gerar mais desencontros. Por razão, enfatizamos especialmente o movimento inicial de aproximação para (re) conhecimento mútuo tendo em mente que ele deve ser apenas o início de uma longa relação.

No artigo de NET Educação (2014) é mencionado que a cidadania reflete sobre a formação humana da criança, que inicia no contato com a família e espera-se que se desenvolva na escola. É ressaltado que “educar é um ato que visa à convivência social, a cidadania e a tomada de consciência” (NET Educação, 2014, n.p). Assim podemos dizer que a escola, além de propiciar a aprendizagem das crianças e os conhecimentos científicos, também tem a função de prepará-las para um pleno exercício da cidadania. Além disso, a educação para a cidadania pretende fazer de cada pessoa agente de transformação. O espaço escolar possibilita a reflexão e o abismo social que separa a sociedade brasileira, em que grande parte da população brasileira vive em estado de miséria.

No final do referido artigo é avaliado que a participação do povo brasileiro ainda é muito pequena, ocorrendo apenas durante o processo eleitoral, o que facilita a corrupção na administração pública. E é neste contexto que Peruzzo (1998) é citada por considerar relevante o papel da escola no estímulo à cultura de participação política, “[...] contribuindo para o processo de democratização e amplificação da conquista de direitos de cidadania” (PERUZZO, 1998 *apud* Net Educação, 2014, n.p).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, da sociedade e do Estado.

Paulo Freire (1979, p. 22) disse: “Ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne”.

A escola e a família devem aprender a andar de forma unida esse caminho complexo que é a constituição de propostas educacionais inclusivas para todo e qualquer estudante. Devem, juntas, aprender a discernir quais são as amarras que, de fato, impedem ou atrapalham o acontecimento de uma educação de qualidade para todas as crianças, adolescentes e jovens da educação básica brasileira.

A família e a escola são os dois principais agentes promotores da educação. Portanto, devem somar esforços para possibilitar às crianças e adolescentes uma formação ética e crítica. A relação família e escola é muito importante e precisa ser de parceria para enfrentar os obstáculos que lhes são impostos.

Como Orientadora Educacional sei que temos muitos desafios, principalmente nesse período pós-pandemia. Durante o período pandêmico, contamos com famílias que muitas vezes não tinham os recursos tecnológicos ou até mesmo grau de instrução para auxiliar seus filhos.

O envolvimento e a cooperação das famílias fazem uma grande diferença em como as crianças e os adolescentes se desenvolvem, por isso é primordial estreitar os laços entre família e escola. Para isso é fundamental investir na construção de uma relação sólida entre os envolvidos. E tudo isso vai favorecer a educação, engajando os membros da comunidade na aprendizagem.

3.4 Movimento estudantil brasileiro e a participação dos estudantes

Conforme o texto de Felipe Araújo (s.a, n.p)⁷:

O movimento estudantil brasileiro começou durante o Brasil Colônia. No período conhecido como Inconfidência Mineira, que ocorreu no ano de 1788. Estudantes unidos participaram dessa revolta separatista, lutando contra impostos cobrados pela Corte Real. No ano de 1901 houve a fundação de uma instituição que recebeu o nome de Federação dos Estudantes Brasileiros. Mas, atuou por pouco tempo.

Isso já demonstrava a necessidade de unir os estudantes em um caráter nacional a fim de ter suas reivindicações ouvidas. Sendo assim, considera-se que os movimentos estudantis do país começaram de fato a partir da fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Esta ocorreu em agosto do ano de 1937.

⁷ ARAÚJO, Felipe. Movimento estudantil brasileiro. In: **InfoEscola**: Navegando e Aprendendo. s.a. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/movimento-estudantil-brasileiro/>. Acesso em: jul. 2023.

A UNE é um órgão que representa todos os estudantes brasileiros. Araújo (2007, p. 21) enfatiza que:

A UNE foi uma entidade de caráter social e político que reunia um grande número de estudantes, pertencentes a diferentes grupos com diversas tendências políticas e ideológicas. E cada um desses grupos possui uma versão ímpar da trajetória da entidade

Nascida no finalzinho da Segunda República, em 12 de agosto de 1937, [...] fruto de uma tomada de consciência, quanto da necessidade da organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil, a UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor daquela participação ao longo da nossa História (PORNER, 2004, p. 131).

A UNE se traduzia em ações tímidas e ambíguas. Um fato que expressa essa concepção no início da entidade foi que no seu 1º Conselho Nacional dos Estudantes, o de sua fundação, “[...] aprovou-se, logo de saída, uma proposta [...] proibindo, expressamente a discussão de temas políticos” (PORNER, 2004, p. 137). Foi somente com a Segunda Guerra Mundial e a luta anti-fascista que a UNE começou a organizar uma ação mais direta e politizada da entidade.

De acordo com Araújo (s.d, n.p) foi durante os primeiros anos da Ditadura Militar (1964-1984) que os movimentos formados por estudantes no Brasil transformaram-se em focos notáveis de mobilização da sociedade.

Estas organizações passaram a ser subdivididas em Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs), Diretórios Centrais Estudantis (DCEs), Diretórios Acadêmicos (DAs), Centros Acadêmicos (CAs), entre outras formas de descentralização da agenda. Existem outras entidades estudantis no Brasil entre elas, a ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes Livres) e a UJS (União da Juventude Socialista) que continuam na luta estudantil, mas aparentemente, não atreladas às propostas do governo. Estudantes já foram protagonistas em diversas ações no país, em defesa do petróleo, na campanha da legalidade, nos protestos no período da Ditadura Militar, na campanha das Diretas Já e no Movimento dos Caras Pintadas, onde saíram às ruas em protesto; a participação dos estudantes contribui muito para o processo de democratização e na escola esta participação é muito significativa na formação de sujeitos políticos, de maneira que possam interferir no rumo da política educacional do país (ARAÚJO, s.d, n.p).

No Brasil, um dos últimos movimentos estudantis que mobilizaram muitos jovens foi em 2013, que se organizaram através das redes sociais, principalmente em Porto Alegre. Segundo Zitkoski e Hammes (2014, p. 12) “[...] as reivindicações em princípio giravam em torno da melhoria do transporte público e na diminuição do preço das passagens”. No mês de junho de 2013 houve várias manifestações no

Brasil, sendo pela primeira vez que alguns problemas sociais foram discutidos pelas três esferas de gestão pública.

Os estudantes precisam participar e saberem da sua importância na tomada de decisões como, por exemplo, no recebimento de verbas do Governo Federal, obras na escola, cursos e outras atividades.

Minha experiência vinha me ensinando que o educando precisa de se assumir como tal, mas assumir-se como educando significa reconhecer-se como sujeito que é capaz de conhecer e que quer conhecer em relação com outro sujeito igualmente capaz de conhecer, o educador e, entre os dois, possibilitando a tarefa de ambos, objeto do conhecimento (FREIRE, 1992, p. 47).

É necessário que se abra o diálogo entre os estudantes de todas as turmas para que juntos encontrem soluções para os problemas enfrentados pela escola como a indisciplina, a captação de recursos, aquisição de materiais didático-pedagógicos, faz-se importante dar-lhes oportunidades. Zitkoski e Hammes (2014) expõem que nos diálogos com os jovens está sempre enfatizada a participação cidadã. Os autores mostram em sua pesquisa e colocam que os entrevistados (os responsáveis, professores e estudantes) sugeriram que se escutassem os jovens, dando-lhes oportunidades para que eles participem. Todos precisam sentir-se livres e autônomos para discordar, opor-se, sugerir e ressignificar suas práticas.

A escola deve ser um espaço de aprendizagem, convivência, liberdade de expressão que contribua com o grupo e com o futuro. Os professores precisam proporcionar aos estudantes momentos de diálogos onde eles possam construir os seus conhecimentos.

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (FREIRE, 1980, p. 42).

Os jovens possuem no movimento estudantil um meio pelo qual podem expressar suas reivindicações, as quais perpassam, muitas vezes, pelas questões do cotidiano estudantil, tais como: cotas, passe livre e Reforma Universitária.

Percebe-se que hoje alguns jovens não são tão engajados nos movimentos estudantis, aqui em nossa cidade, por exemplo, não existem grêmios estudantis nas escolas públicas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo refere-se à metodologia da pesquisa e intervenção que norteou o trabalho.

O desenvolvimento da intervenção teve por base a necessidade de reunir os estudantes para discutir sobre direitos e deveres na sociedade. Foram discutidos temas como: Direitos e deveres dos cidadãos, Como viver para ter direito à cidadania? Práticas de Convivência, O papel político do Cidadão e Educação para paz. Após cada temática, os estudantes registraram a temática trabalhada em cartazes, desenhos, escrita, entre outros. Esses encontros foram chamados de Círculo Dialógico. A palavra círculo vem do latim *circulus* e significa redondeza. Indica a forma e a estratégia utilizada que permite a circulação dos seres, dos saberes e dos sentidos das pessoas. Os Círculos Dialógicos têm inspiração nos Círculos de Cultura de Freire: centro em que o povo discute os seus problemas, mas também em que se organizam e planificam ações concretas, de interesse coletivo (FREIRE, 1980).

Com a finalidade de registrar e avaliar a intervenção, utilizamos os seguintes instrumentos: diário de campo, filmagem com a câmera do celular e fotografias. O diário de campo é um “[...] excelente instrumento de sistematização da práxis profissional e da investigação da realidade social, dada a possibilidade de interlocução entre prática e teoria, da consolidação de uma postura investigativa” (COSTA; GUINDANI, 2012, p. 266). De acordo com Minayo (1994), com este instrumento podemos recorrer em qualquer momento à rotina de trabalho que estamos realizando.

No diário de campo transcrevemos todas as manifestações (verbais, ações, atitudes, etc.) dos sujeitos envolvidos e registramos as reflexões da pesquisadora, como parte do processo de coleta e análise de informações. Optamos pelo diário de campo por ser um instrumento qualitativo “[...] que fornece dados empíricos e subsídios para a análise e reflexão da prática”, podendo ser “[...] transformado num espaço de mediações teórico-práticas e elaborações teóricas, isto é, num instrumento de pesquisa e investigação sobre o cotidiano profissional” (COSTA; GUINDANI, 2012, p. 270).

Através da fotografia, buscamos as representações sociais que estão constituídas naquele determinado momento, no interior do grupo, pois a fotografia é

um recorte do real. Primeiramente, um corte no fluxo do tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão dos acontecimentos. Em segundo lugar, ele é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma, etc. Em terceiro lugar, transforma o tridimensional em bidimensional, reduz a gama das cores e simula a profundidade do campo de visão (MONTEIRO, 2006, p. 12).

Segundo Monteiro (2006), a fotografia é uma convenção e uma linguagem passível de múltiplas interpretações. Para uma interpretação das imagens é necessário que o pesquisador conheça e decifre essa linguagem não verbal, através do aprendizado desses códigos, através de uma cuidadosa discussão teórico metodológica. No mesmo sentido, o autor nos diz que a “[...] câmera fotográfica capta mais e menos do que o nosso olho pode ver” (MONTEIRO, 2006, p. 12).

A filmagem é indicada para estudo de ações humanas complexas difíceis de serem integralmente captadas ou descritas por um único observador, uma vez que possibilita que o pesquisador possa rever várias vezes as imagens gravadas, direcionando a sua visão para aspectos que teriam passado despercebidos, podendo dar mais credibilidade ao estudo em questão (PINHEIRO; KAKEHASHI; ANGELO, 2005). As filmagens servem como registro de dados, complementando as anotações no diário de campo e a fotografia.

5 A INTERVENÇÃO

A intervenção na Escola de Ensino Fundamental Fernando Corrêa Ribas teve início no dia dezesseis de setembro dois mil e vinte e dois. Foram propostos cinco encontros chamados de Círculos Dialógicos, com duração de quarenta e cinco minutos, realizados na turma do 9º ano, que é composta de onze alunos. Inicialmente foi apresentada a proposta de trabalho a ser desenvolvido com a turma, utilizando os períodos de Ensino Religioso.

Conforme Brandão (2004) associado às experiências de cultura popular, os círculos se difundiram e se tornaram uma nova forma e norma de trabalho coletivo. O círculo de cultura dispõe as pessoas ao redor de uma “roda de pessoas”, em que visivelmente ninguém ocupa um lugar proeminente.

O professor que sabe e ensina quem não sabe e aprende aparece como o monitor, o coordenador de um diálogo entre pessoas a quem se propõe construir juntas o saber solidário a partir do qual cada um ensina-e-aprende (BRANDÃO, 2004, p. 69).

A troca de experiências entre professores e estudantes tem sido uma estratégia utilizada com o objetivo de construção de conhecimento, estímulo à pesquisa e socialização. Esta prática, observada no campo da educação, propicia o crescimento institucional e contribui para a formação profissional crítica e reflexiva de ambas as partes. Nesta relação de forças e fraquezas ganha-se o crescimento pessoal e profissional, que resultam da construção de um trabalho que tem como foco principal a melhoria do processo educacional (TRIGO, 2011).

Quadro 1 - Os encontros de intervenção/ Círculo Dialógico

TEMÁTICA	ENCONTROS	DATA
Direitos e deveres dos cidadãos	Encontro 1	16/09/2022

Como exercer direito à cidadania?	Encontro 2	23/09/2022
Práticas de Convivência	Encontro 3	03/10/2022
O papel político do Cidadão.	Encontro 4	13/10/2022
Educação para a paz	Encontro 5	25/10/2022

Fonte: material elaborado pela pesquisadora

A partir do quadro, descreverei os encontros de intervenção, na perspectiva de mostrar o que será realizado em sala de aula.

5.1 1º **Círculo Dialógico** - 16 de setembro de 2022 - Direitos e deveres dos cidadãos

No início foi explicado como se desenvolveria o trabalho e após foram feitas as seguintes perguntas aos alunos:

- 1- Quais as atividades que participas no bairro?
- 2- Participas de alguma atividade educativa no turno inverso da escola?

Também foi passado o vídeo *Direitos e deveres do cidadão*⁸. Após, foi discutido quais são os direitos e deveres que os cidadãos possuem. Em seguida, realizou-se a Dinâmica dos direitos e deveres, em que cada criança foi à frente e escolheu um papel que estava dentro de um bauzinho. Dentro tinha um direito ou dever dos cidadãos e o estudante deveria ler e colocar no lugar certo em um cartaz que dividido em direitos e deveres.

⁸ Disponível em: <https://youtu.be/zdcFDLrxaV8>. Acesso em: 2022.

5.2 2º Círculo Dialógico - 23 de setembro de 2022 - Como exercer direito à cidadania?

Os alunos ouviram e viram o vídeo com a música Pacato Cidadão, do grupo Skank. Após, fizeram uma reflexão sobre a letra da música, mencionando o que entendiam por “ser cidadão”.

Figura 7 - Música – Pacato cidadão

PACATO CIDADÃO

PACATO CIDADÃO, TE CHAMEI A ATENÇÃO
NÃO FOI À TOA NÃO, NÃO.
[...].
TRACEI A VIDA INTEIRA PLANOS TÃO
INCRÍVEIS...
TRAMO À LUZ DO SOL.


APOIADO EM POESIA E EM TECNOLOGIA
AGORA À LUZ DO SOL.
[...].
PRA QUE TANTA SUJEIRA NAS RUAS E NOS
RIOS?
QUALQUER COISA QUE SE SUJE TEM QUE
LIMPAR.

SE VOCÊ NÃO GOSTA DELE, DIGA LOGO A
VERDADE,
SEM PERDER A CABEÇA, SEM PERDER A
AMIZADE.

CONSERTAR O RÁDIO E O CASAMENTO.
CORRE A FELICIDADE NO ASFALTO CINZENTO.

ABOLIR A ESCRAVIDÃO DO CABOCLO BRASILEIRO.
NUMA MÃO EDUCAÇÃO, NA OUTRA, DINHEIRO.

PACATO CIDADÃO,
Ô PACATO DA CIVILIZAÇÃO...



Fonte: <http://www.atividadeeduca.com/search/label/Textos>.

Os alunos fizeram um texto sobre como exercer o direito à cidadania e, após, foi feita uma roda de conversa sobre as escritas.

5.3 3º Círculo Dialógico - 03 de outubro de 2022 - Práticas de Convivência

Após lido e discutido o poema de Paulo Freire, abaixo, foi feito um cartaz com as normas de prática de boa convivência na escola em à sociedade enquanto cidadãos.

Figura 8 - Poema - Escola



Fonte: <https://armazemdetexto.blogspot.com/2018/08/poesia-escola-paulo-freire-com.html>.

5.4 4º Círculo Dialógico - 13 de outubro de 2022 - O papel político do Cidadão

A partir da análise e reflexão do texto, os estudantes puderam falar sobre o quanto é importante o exercício da cidadania no seu cotidiano, às vezes pequenos

gestos podem se transformar em grandes ações quando se tem a consciência do coletivo como: respeitar e preservar o meio ambiente, conservar o patrimônio público, respeitar a sinalização nas vias, não poluir o meio ambiente etc. Discutimos a importância da sua participação na escola, na sua comunidade para a resolução de problemas, sendo protagonistas da sua própria história. Sendo protagonista estarão exercendo seu papel político na sociedade.

Em seguida, leu-se o texto abaixo, de Gilberto Dimenstein, “O cidadão de Papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil”.

Figura 9 - Direitos e deveres

Direito de ter direitos

É muito importante entender bem o que é cidadania. É uma palavra usada todos os dias e tem vários sentidos. Mas hoje significa, em essência, o direito de viver decentemente.

Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É processar um médico que cometa um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido.

Há detalhes que parecem insignificantes, mas revelam estágios de cidadania: respeitar o sinal vermelho no trânsito, não jogar papel na rua, não destruir telefones públicos. Por trás desse comportamento, está o respeito à coisa pública.

O direito de ter direitos é uma conquista da humanidade. Da mesma forma que a anestesia, as vacinas, o computador, a máquina de lavar, a pasta de dente, o transplante de coração.

Foi uma conquista dura. Muita gente lutou e morreu para que tivéssemos o direito de votar. E outros batalharam para você votar aos dezesseis anos. Lutou-se pela ideia de que todos os homens merecem a liberdade e de que todos são iguais diante da lei.

Pessoas deram a vida combatendo a concepção de que o rei tudo podia porque tinha poderes divinos e aos outros cabia obedecer. No século XVIII, a rebeldia a essa situação detonou a Revolução Francesa, um marco na história da liberdade do homem.

No mesmo século surgiu um país fundado na ideia da liberdade individual: os Estados Unidos. Foi com esse projeto revolucionário que eles se tornaram independentes da Inglaterra.

Desde então, os direitos foram se alargando, se aprimorando, e a escravidão foi abolida. Alguém consegue hoje imaginar um país defendendo a importância dos escravos para a economia?

Mas esse argumento foi usado durante muito tempo no Brasil. Os donos de terra alegavam que, sem escravos, o país sofreria uma catástrofe. Eles se achavam no direito de bater e até matar os escravos que fugissem. Nessa época, o voto era um privilégio: só podia votar quem tivesse dinheiro. E para se candidatar a deputado, só com muita riqueza em terras.

No mundo, trabalhadores ganharam direitos. Imagine que no século passado, na Europa, crianças chegavam a trabalhar até quinze horas por dia. E não tinham férias.


As mulheres, relegadas a segundo plano, passaram a poder votar, símbolo máximo de cidadania. Até há pouco tempo, justificava-se abertamente o direito do marido de bater na mulher e até matá-la.

Em 1948, surgiu a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), ainda na emoção da vitória contra as forças totalitárias lideradas pelo nazismo, na Europa.

Com essa declaração, solidificou-se a visão de que, além da liberdade de votar, de não ser perseguido por suas convicções, o homem tinha direito a uma vida digna. É o direito ao bem-estar.

[...]

Gilberto Dimenstein. *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo, Ática, 2001. p. 29-30.




The illustration shows a person in a small boat on a body of water. The boat is filled with various symbols representing rights and citizenship: a flag, a computer monitor, a traffic light, a hand holding a chain, a ballot box, and a person's head. The scene is set against a dark background, suggesting a journey or a quest for these rights.

Fonte: <http://nossolarprojetoinformatica.blogspot.com/2012/07/partir-da-analise-e-reflexao-do-texto.html>.

Após, foram feitos dois cartazes: “Minha escola hoje” e “A escola que quero”. Aqui foi discutida a história do Movimento Estudantil, sabe-se que o estudante hoje tem seus direitos garantidos, nem todos, mas levou um tempo para tê-los, atualmente os estudantes estão ou deveriam estar mais engajados em colaborar com o país.

Eles receberam impressa a letra da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento. Após ouvir e discutir, marcaram a parte que mais lhe chamou atenção e desenharam.

Figura 10 - Música Coração de estudante



Coração de Estudante

Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos
A folha da juventude
É o nome certo desse amor

Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Tantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor e fruto

Coração de estudante
Há que se cuidar da vida
Há que se cuidar do mundo
Tomar conta da amizade
Alegria e muito sonho
Espalhados no caminho
Verdes, plantas, sentimento
Folhas, coração, juventude e fé.

Milton Nascimento

© Ensinarhoje.com

Fonte: <https://ensinarhoje.com/letra-de-musica-coracao-de-estudante-milton-nascimento/>.

5.5 5º Círculo Dialógico - 25 de outubro de 2022 - Educação para a paz

A cultura da paz é construída a partir da atitude pessoal de cada um, sendo refletida nos mais diversos campos da vida, no meio ambiente, no respeito à diversidade e no bem-estar coletivo. Pensando nisso, devemos fazer a nossa parte para promovermos a paz no mundo.

Figura 11 - Música – A paz

Roupa Nova - A Paz

Deve haver um lugar dentro do seu coração
Onde a paz brilhe mais que uma lembrança
Sem a **luz** que ela traz já nem se consegue mais
Encontrar o caminho da esperança

Sinta, chega o tempo de enxugar o **pranto** dos
homens
Se fazendo irmão e estendendo a mão

Só o **amor** muda o que já se fez
E a força da paz junta todos outra vez
Venha, já é hora de acender a chama da **vida**
E fazer a terra inteira **feliz**

Se você for capaz de soltar a sua voz
Pelo ar, como prece de criança
Deve então começar outros vão te acompanhar
E cantar com harmonia e esperança

Deixe que esse canto lave o pranto do mundo
Pra trazer perdão e dividir o pão

Só o amor muda o que já se fez
E a força da **paz** junta todos outra vez
Venha, já é hora de acender a chama da vida
E fazer a terra inteira feliz

Quanta dor e **sofrimento** em volta a gente ainda
tem
Pra manter a fé e o sonho dos que ainda vêm
A **lição** pro futuro vem da alma e do coração
Pra buscar a paz, não olhar pra trás, com amor

Se você começar outros vão te acompanhar
E cantar com harmonia e **esperança**


Deixe, que esse canto lave o **pranto** do **mundo**
Pra trazer **perdão** e dividir o pão
Só o amor muda o que já se fez
E a força da paz junta todos outra vez
Venha, já é hora de acender a chama da vida
E fazer a terra inteira feliz

Só o amor muda o que já se fez
E a força da paz junta todos outra vez
Venha, já é hora de acender a chama da vida
E fazer a terra inteira feliz

Só o amor muda o que já se fez
E a força da paz junta todos outra vez
Venha, já é hora de **acender** a chama da vida
E fazer a terra inteira feliz

Venha, já é hora de acender a chama da vida
E fazer a terra inteira feliz

Inteira feliz
Inteira feliz
Inteira feliz
Inteira feliz



**Esteja em paz, viva em paz e transmita a
paz que existe em seu coração.**

Fonte: http://www.slideshare.net/Alvarenga-48/a-paz-anlise-e-entendimento-da-msica?from_m_app=android.

Quadro 2 - Perguntas aos alunos

- a) De acordo com a música o que nos traz a paz?
- b) Escreve dois valores (sentimentos) que encontramos na música:
- c) Na tua opinião, o que é necessário para cultivar a paz no mundo?
- d) O que aconteceria com um mundo sem paz?
- e) Pensa e escreve uma ação que poderia ser realizada na tua escola ou bairro para promover a paz.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

6 ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo aborda a análise dos dados da pesquisa. Após a intervenção, foi feito o estudo do material produzido a partir da intervenção pedagógica. Para fins de análise de dados, a metodologia adotada foi a Análise de Conteúdo.

Para Bardin (1977, p. 42) a Análise de Conteúdos é

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

As diferentes fases da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1977), podem ser organizadas em três: a pré-análise; a análise do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Para a realização desta pesquisa foi utilizada para a coleta de dados o diário de campo por ser um instrumento qualitativo que fornece dados empíricos e subsídios para a análise e reflexão, podendo ser “[...] transformado num espaço de mediações teórico-práticas e elaborações teóricas, isto é, num instrumento de pesquisa e investigação sobre o cotidiano profissional” (COSTA; GUINDANI, 2012, p. 270). O diário de campo não serviu apenas para realizar anotações, mas colaborou para que as ações diárias fossem analisadas de forma crítica. Sendo assim, registramos trinta e sete páginas no Diário de Campo.

Além do Diário de Campo, usamos a Fotografia como instrumento da coleta de dados, especialmente para complementar a avaliação da intervenção. Buscamos, através da Fotografia, as representações sociais que estão constituídas naquele determinado momento, no interior do grupo, pois:

A fotografia é um recorte do real. Primeiramente, um corte no fluxo do tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão dos acontecimentos. Em segundo lugar, ele é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma, etc. Em terceiro lugar, transforma o tridimensional em bidimensional, reduz a gama das cores e simula a profundidade do campo de visão (MONTEIRO, 2006, p. 12).

Segundo Monteiro (2006), a fotografia é uma convenção e uma linguagem passível de múltiplas interpretações. Para uma interpretação das imagens é necessário que o pesquisador conheça e decifre essa linguagem não verbal, através do aprendizado desses códigos, através de uma cuidadosa discussão teórico metodológica. O autor fala que a “[...] câmera fotográfica capta mais e menos do que o nosso olho pode ver” (MONTEIRO, 2006, p. 12). No estudo, foram registradas 21 fotografias.

Outro documento constituinte do *corpus* de pesquisa é o Registro Escrito dos alunos. Os registros foram captados durante a ação interventiva da pesquisa. As produções são importantes para investigar os resultados obtidos na pesquisa.

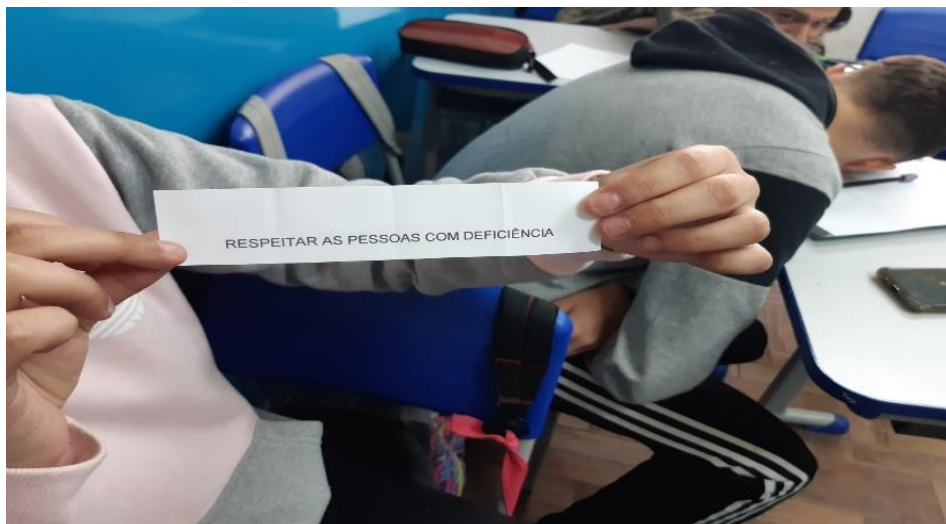
No item 6.1 são analisados os direitos e deveres dos cidadãos. O item 6.2 aborda como exercer o direito a cidadania. O item 6.3 elucida algumas práticas de convivência efetivadas pelos cidadãos. O item 6.4 mostra a importância do papel político exercido pelos cidadãos. O item 6.5 debates sobre a educação para a paz. Finalizando no item 6.6 é feita uma avaliação sobre a pesquisa.

6.1 Direitos e deveres dos cidadãos

No dia 16 de setembro de 2022 foi feito o primeiro encontro de pesquisa e intervenção. Neste dia, seis alunos participaram do desenvolvimento da intervenção.

Em um primeiro momento a pesquisadora explicou o Projeto e solicitou a colaboração de todos na execução dele. Foi questionado aos estudantes, “O que entendiam sobre o que é ser cidadão e cidadania?”. Do conjunto dos que participaram, cinco responderam que é “ser gente”; “participar da sociedade” e um estudante falou “que é estar no mundo” e todos falaram que “cidadania é ter direitos”.

Figura 12 - Atividade



Fonte: Material da pesquisadora (2022).

Nas respostas dos estudantes, percebe-se que eles têm bastante clareza sobre o tema, ainda que se constate nas falas limitada compreensão sobre o assunto. Para a exploração do assunto, usou-se um vídeo como recurso, pois se sabe que o uso do vídeo é uma importante ferramenta tecnológica que auxilia para que se tenha uma aprendizagem significativa. A pesquisadora solicitou que os estudantes registrassem o que haviam entendido sobre o tema. Quatro alunos escreveram que ser cidadão é ter direito à liberdade, igualdade, vida, propriedade. Um estudante escreveu que era ter status social e material e hoje em dia qualquer pessoa é considerada cidadã. Outro estudante escreveu que é ser uma pessoa do bem ou ser um cidadão é ter caráter, ser amigável é todas as pessoas são cidadãos, quanto à cidadania todos os estudantes escreveram que é possuir direitos e deveres.

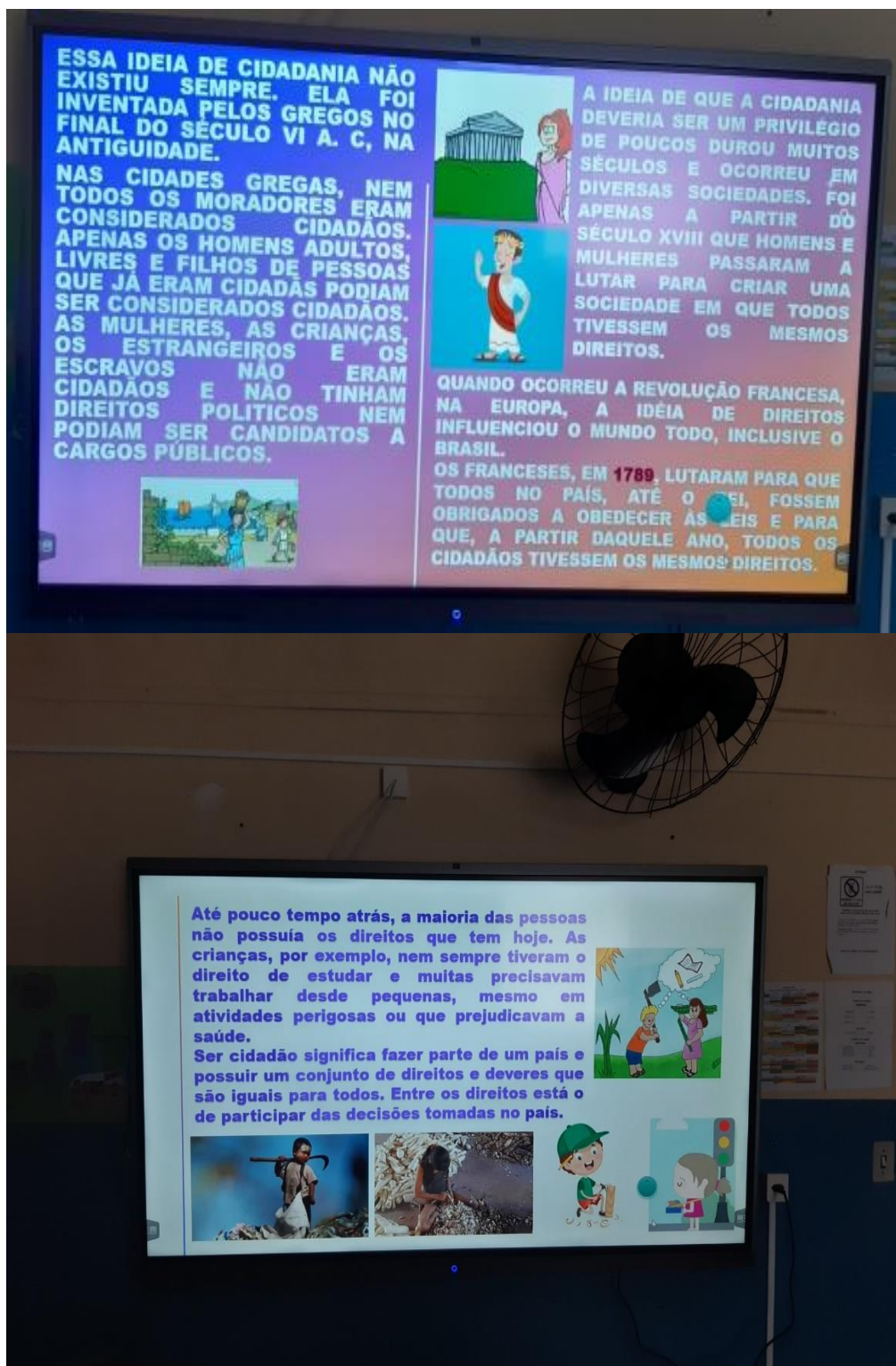
A cidadania se constitui em um conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vive em sociedade, no que se refere ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua posição em poder nele intervir e transformá-lo⁹.

Foi passado o vídeo “Direito dos Cidadãos”¹⁰. Após, foi discutido sobre os direitos e deveres dos cidadãos.

⁹ Adaptado de: <https://brasilescola.uol.com.br>

¹⁰ Disponível em: <https://youtu.be/zdcFDLrxaV8>. Acesso em: mai. 2023.

Figura 13 - Foto vídeo “Direitos dos Cidadãos”



Fonte: Material da pesquisadora (2022).

Após, foi feita uma dinâmica sobre dos direitos e deveres, cada criança pegou um papel que estava dentro de uma caixinha que tinha um direito ou dever dos

cidadãos, após eles disseram se era direito ou dever. Com essa dinâmica percebeu-se que alguns alunos, apesar das explicações, ainda ficaram com dúvidas sobre o que seria direito e dever.

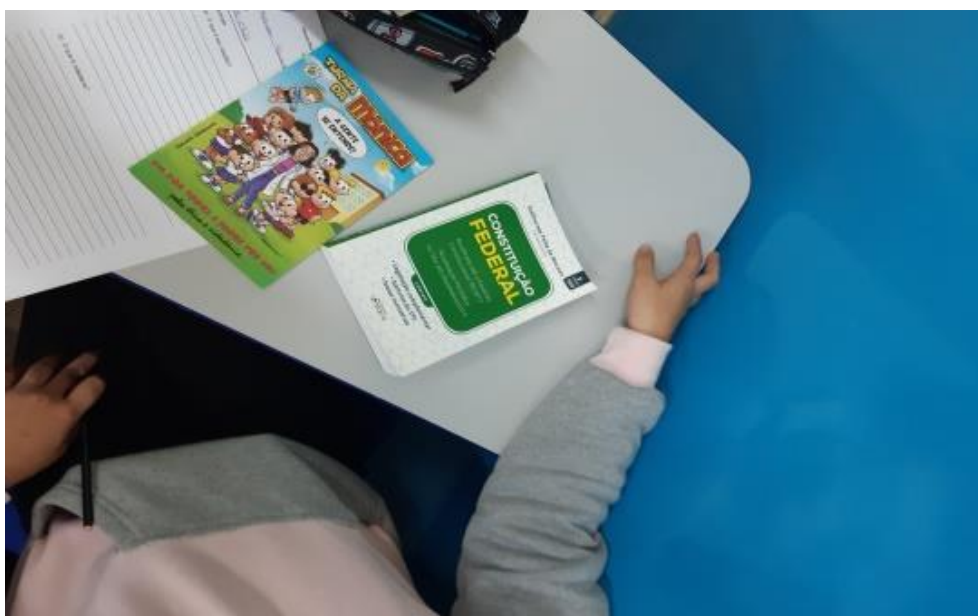
Um dos documentos mais importantes em que estão descritos os principais direitos dos indivíduos e que serve como principal base para a determinação desses direitos nas esferas nacionais é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento criado pela ONU no ano de 1948.

Os direitos do cidadão no Brasil são assegurados pela Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã ou Carta Magna. Eles estão dispostos em seu Artigo 5º, que dita:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988, p.08).

Os estudantes puderam manipular a Constituição Federal organizada por Guilherme Peña de Moraes (2019). A pesquisadora falou que existem outros documentos que também asseguram os direitos como o Estatuto da Criança e o Adolescente, o Estatuto do Idoso, o Estatuto dos Direitos do Consumidor, entre outros.

Figura 14 - Foto da Constituição Federal



Fonte: Material da pesquisadora (2022).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, da sociedade e do Estado. É um importante documento para resguardar os direitos e deveres das crianças e adolescentes.

Foi comentado pela pesquisadora que muitos dos nossos direitos foram adquiridos ao longo dos anos como, por exemplo, o direito ao voto. Foi explicado que, nos primeiros tempos da República brasileira o voto era um direito somente de homens alfabetizados e maiores de 21 anos. As mulheres eram excluídas, isto é, não podiam votar. Como a maioria da população era analfabeta, não podia participar efetivamente da escolha dos governantes. Foi somente com a Constituição de 1934 que todos os homens e mulheres com mais de 18 anos tiveram o direito de votar. A partir dessa data, o voto se tornou secreto e obrigatório.

6.2 Como exercer direito à cidadania?

No dia 23 de setembro de 2022 foi realizado o segundo encontro. No início foram retomados os assuntos direitos e deveres dos cidadãos por acreditar que os estudantes ficaram com algumas dúvidas do encontro anterior. Para tornar essa explicação mais consistente foi explicado que na escola possui documentos como o Regimento Escolar, que fala sobre os direitos e deveres dos docentes, discentes, funcionários, pais ou responsáveis. Foi lido o capítulo 3.2 que trata dos direitos e deveres dos discentes. Chamou atenção o desconhecimento por parte da maioria dos estudantes que não sabiam que a escola possuía esse documento.

O Corpo Discente é constituído pelos alunos da Escola.

São direitos dos alunos:

- Receber a educação inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, capaz de torná-lo autorrealizado, cidadão consciente e atuante na comunidade;
- Valer-se dos serviços assistenciais oferecidos pelo Estabelecimento;
- Apresentar dificuldades encontradas na aprendizagem aos respectivos professores, buscando ajuda e orientação;
- Votar e ser votado para representante de turma;
- Receber o resultado da avaliação dentro do prazo estabelecido pela escola;
- Ser respeitado em sua individualidade;

- Estabelecer diálogo franco e aberto com a Direção e professores, para possíveis esclarecimentos e enriquecimentos mútuos;
- Justificar faltas dentro do prazo estabelecido.

São deveres dos alunos:

- Respeitar e cumprir as normas regimentais da Escola;
- Acatar a autoridade dos Diretores, Professores, Secretário, Coordenadores e Funcionários do Estabelecimento;
- Vestir-se de forma adequada;
- Ser assíduo e pontual nos trabalhos escolares e nas atividades correlatas;
- Entrar e permanecer na sala de aula e dela sair sem tumulto;
- Colaborar com a Direção do Estabelecimento, na conservação e asseio do prédio, do mobiliário escolar e de todo material de uso coletivo;
- Indenizar os prejuízos, quando produzir dano material ao Estabelecimento e aos objetos de propriedade de colegas;
- Portar correspondências da Escola enviadas aos pais ou responsáveis;
- Trazer assinado pelos pais ou responsáveis todos os documentos e correspondência de que for portador, rigorosamente dentro do prazo estabelecido no documento;
- Respeitar o horário de entrada, 8 horas (matutino) e 13h 30min. (vespertino), com atraso eventual de 10 minutos de tolerância com um bilhete assinado pelo responsável. Após esse prazo deverá vir acompanhado do responsável;
- Realizar as avaliações bimestrais na semana de provas previstas em calendário. Para os casos de ausência no período das avaliações bimestrais, os alunos serão submetidos à 2ª (segunda) chamada, com direito garantido pela escola mediante justificativa do responsável. Serão eles submetidos a uma prova diferente da aplicada na data estipulada no calendário de provas do bimestre. Na ausência dessa 2ª (segunda) oportunidade, o aluno perderá o direito de fazer uma nova avaliação salvo em caso de atestado médico;
- Cumprir o Regimento (Regimento Escolar, 2020, p. 15-17).

Após a discussão sobre os direitos e deveres dos discentes, os estudantes ouviram e fizeram uma reflexão da música do grupo Skank “Pacato Cidadão”. Dos sete estudantes que estavam em aula nesse dia, seis falaram que não se pode ser “pacato”, como diz a letra. Mencionaram que devemos lutar para exercer nossa cidadania e garantir os direitos. Um aluno colocou que muitas pessoas não colaboram pois, como fala a letra, sujam a cidade e depois cobram do governo.

Foi entregue uma folha para os estudantes registrarem a resposta da pergunta “Como exercer o direito à cidadania”? Depois foram convidados a lerem para os colegas suas respostas.

As respostas foram variadas. Um estudante respondeu que é “cuidar dos animais, poder expressar suas ideias, votar em quem quiser”. Três falaram que é “não jogar lixo nas ruas, cuidar do meio ambiente, arrumar as ruas, não depredar o patrimônio público, não agredir fisicamente nem verbalmente as pessoas”. Outro

disse que “é poder lutar por seus direitos por meio de protestos, debates ou lutando por eles”. Outro ainda falou que é “exercer o cumprimento das leis como alistar-se como eleitor, cobrar promessas dos políticos, praticar a direção defensiva entre outros”. E ainda um falou que “é viver em harmonia com todos ao seu redor, cuidar da escola, saber seus direitos de falas, respeitar o próximo e ser exemplo na sociedade”. Teve um aluno que falou que é importante ter os documentos tanto para a escola quanto para atividades extraclasse, relatando e mostrando com orgulho que ele possuía dois documentos, um brasileiro e outro uruguaio. Por moramos na fronteira Brasil/Uruguai as pessoas que são filhas de uruguaios possuem dupla documentação que lhes garante os direitos.

A cidadania uruguaia é atribuída pelo regime jus solis, ou seja, que não considera apenas os laços de sangue, e pode ser acumulada com outras nacionalidades, com algumas exceções. De acordo a descrição da Constituição da República do Uruguai, existem os cidadão naturais e os cidadão legais. Naturais são todos aqueles nascidos no território uruguaio, sejam os pais uruguaios ou estrangeiros. A definição vale também para os nascidos no exterior, desde que pelo menos um dos progenitores seja uruguaio.

Figura 15 - Foto dos documentos de um aluno



Fonte: Material da pesquisadora (2022).

Diante das respostas dos estudantes, verifica-se que eles têm noção de como exercer seus direitos a cidadania. De acordo com Marshall (2002), uma sociedade só contempla a cidadania plena quando articula três direitos. São eles:

1. Civil: direitos inerentes à liberdade individual, liberdade de expressão e de pensamento; direito de propriedade e de conclusão de contratos; e direito à justiça;

2. Político: direito de participação no exercício do poder político, como eleito ou eleitor, no conjunto das instituições de autoridade pública;
3. Social: conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social, que vai da segurança ao direito de partilhar um melhor nível de vida, segundo os padrões prevaletentes na sociedade (CAMARGO, s.d., n.p).

O processo de cidadania no Brasil, segundo Carvalho (2015), em geral, inicia-se com a aquisição dos direitos civis, o indivíduo com posse de seus direitos civis tem liberdade para pensar, agir e manifestar suas opiniões e escolhas. Assim, passa a exercer seus direitos políticos e participar das decisões que impactam sua vida e a da sociedade.

Os estudantes foram questionados sobre as principais demandas do bairro e dois estudantes destacaram que seria o lixo que fica nas ruas e os cachorros viram. Três estudantes colocaram que seria a falta de calçamento em algumas ruas e um estudante colocou que a praça deveria ter mais brinquedos para as crianças. Chamou a atenção, apesar do tempo ter sido pouco para dialogar, os estudantes não citarem outras demandas do bairro.

6.3 Práticas de convivência em sociedade

No dia 03 de outubro de 2022, por causa da organização da escola, foi solicitado que as duas turmas de nono ano assistissem a aula juntas, totalizando dezesseis estudantes.

Para a realização da atividade proposta, foi feito um relato do Projeto e sobre o tema da aula “Prática de convivência na escola”.

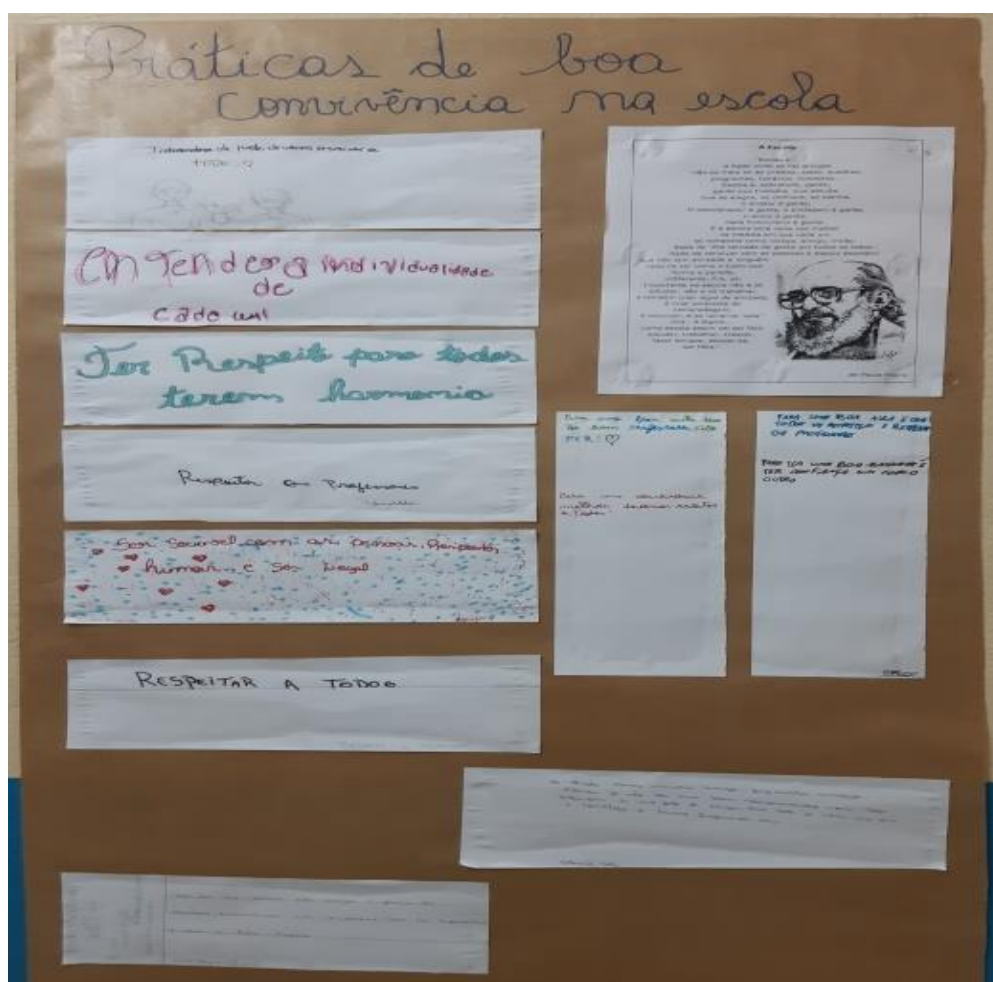
Os estudantes receberam o poema “A escola” de Paulo Freire. Após a leitura, foram convidados a falar sobre o que entenderam.

Um aluno falou que “ser amigo dos colegas é muito importante”; outro falou que “os estudantes precisam respeitar os professores”. Outro relatou que “os estudantes devem respeitar-se e os professores mais velhos”. Três estudantes disseram que “o respeito com os colegas deve acontecer não só na sala de aula como em outros espaços da escola como merenda, recreio e fora também”. Um aluno relatou que uma menina de outra turma tirou fotos dele sem autorização e colocou em uma página na internet e ele estava bastante incomodado com o fato. Aproveitou-se e se falou sobre o uso indevido de imagens e, após, o relato do aluno foi passado para a direção da escola.

Foi solicitado que, em duplas ou individualmente, escrevessem uma frase sobre boas práticas de convivência. Após, foram convidados a lerem para os colegas e montaram um cartaz que ficou exposto na escola.

Essa foi uma das atividades que eles se envolveram bastante e, como ficou exposta na escola, outras turmas puderam ler e comentar.

Figura 16 - Frases sobre boas práticas da convivência



Fonte: Material da pesquisadora (2022).

Paulo Freire traz para a realidade escolar, o pensar educação. Permite o reencontro com a esperança de um trabalho comprometido, responsável. Possível, se vindo ao coletivo escolar. Uma necessária compreensão de que a escola é lugar de gente,

[...] lugar onde se faz amigos, [...] gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. [...] e a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. [...] nada

de ser como a o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. [...] numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz (FREIRE, 2010)¹¹.

É essa escola que se deseja construir, uma escola humana, capaz de compreender os desafios de seu tempo, reconhecer fatos, gestos, unir conhecimentos, recordar. Uma escola comprometida não só com essa geração, mas também com as gerações futuras. Para Paulo Freire (2006, p. 111), uma escola em que “o direito de saber melhor o que já sabem, ao lado de outro direito, o de participar, de algum modo, da produção do saber ainda não existente”.

6.4 O papel político do cidadão

No dia 13 de outubro de 2022 o tema da pesquisa foi o papel político do cidadão. Por isso, foi lido o texto *Direito de ter direitos*¹², a fim de que os estudantes pudessem perceber o quanto é importante o exercício da cidadania no seu cotidiano. Foi destacado que, às vezes, pequenos gestos podem se transformar em grandes ações quando se tem consciência do coletivo como: respeitar a sinalização nas vias, não poluir o meio ambiente, etc. Foi discutida a importância da participação de todos na escola e na comunidade para a resolução de problemas, sendo protagonistas da sua própria história e exercendo seu papel político na sociedade.

Foi importante terem falado sobre os cuidados com o meio ambiente. Em *Pedagogia da indignação*, Freire (2022) diz que não tem como a educação acontecer sem levar em conta o entorno da escola. Com base no pensamento freiriano, o estudante sabe que está inserido num local e que faz parte do planeta e da Natureza, que precisamos cuidar e que os adultos todos os dias a poluem.

Após os estudantes escreverem sobre: “Minha escola hoje” e “A escola que queremos”.

¹¹ Disponível em: <https://www.rizoma-freireano.org/poema0808/a-escola-paulo-freire>. Acesso em: jul. 2023.

Segundo o Instituto Paulo Freire, esse poema não foi escrito por ele e, sim, por uma educadora que estava assistindo a uma palestra dele. Com base no que ouvia, ela foi escrevendo o poema utilizando frases e ideias de Freire. No final da palestra aproximou-se dele e lhe entregou o papel, sem se identificar. Freire nunca publicou esse poema em nenhum de seus livros, embora suas ideias sobre a escola tenham sido captadas pela autora e traduzidas no poema.

¹² Disponível em: <http://nossolarprojetoinformatica.blogspot.com/2012/07/partir-da-analise-e-reflexao-do-texto.html>. Acesso em: jul. 2023.

Sobre “Minha escola hoje”, oito alunos escreveram que “é uma boa escola, com bons professores, uma ótima merenda e limpeza”. Seis escreveram que “não há pichação ou depredação na escola”. Um escreveu que “não tem pessoas agressivas e possuem professores que fazem a diferença”. Outro escreveu que “esteja dentro dos padrões escolar, quase perfeita com pequenas coisas a serem discutidas”.

Sobre a temática “A escola que queremos”, uma aluna escreveu que “quer que a escola continue excelente, que passou toda sua trajetória do Ensino Fundamental nela e que vai levar coisas muito importantes que aprendeu aqui, terminou agradecendo os professores e direção”. Cinco alunos querem “uma quadra coberta na escola, três falaram que querem que ensinem informática na escola, um escreveu que quer muito recurso e muitas coisas inovadoras como uma nova sala de informática, outro escreveu que os estudantes sejam avisados quando o professor for faltar e que quando um colega ficar estressado não desconte nos outros, e outro colocou que os estudantes sejam escutados”.

Na fala da maioria dos alunos foi destacada a presença de bons professores na escola e, para Freire e Horton (2003, p. 52), “o papel do professor e da professora é ajudar o aluno e a aluna a descobrirem que dentro das dificuldades há um momento de prazer, de alegria”.

Dos estudantes pesquisados, um afirma “os estudantes precisam ser escutados”. Na sua visão, “é preciso que haja mais diálogo, torna-se prioritário a prática do diálogo em que ambos, educador e educando, através da realização de seus objetivos chegam ao acesso do saber historicamente elaborado pelo exercício cultural da humanidade”.

Freire (2001a), ao defender a educação como prática da liberdade, tendo como pressuposto a conscientização, revela ser a liberdade importante na participação livre e crítica dos educandos. Dessa forma, o processo pedagógico inserido na realidade valoriza a autonomia dos educandos, promovendo a construção de conhecimentos e habilidades, estabelecendo verdadeiro sentido de troca.

Para finalizar o encontro desse dia foi destacado que os Movimentos Estudantis são responsáveis por conquistar direitos que hoje os estudantes têm e são garantidos através desses movimentos.

Os estudantes receberam a letra e viram o vídeo com a música “Coração de Estudante” de Milton Nascimento. Após, discutiram e marcaram o que chamou a

atenção na letra. Também foi passado o contexto em que a canção foi lançada, explicando o processo de luta dos estudantes brasileiros e trazendo a discussão para o momento atual, refletindo sobre como os alunos hoje têm mais direitos garantidos, comparando com tempos atrás. Refletiu-se que, hoje, pode-se organizar e contribuir com o país. Por fim, foi trazido aos estudantes o capítulo sobre o histórico do movimento estudantil que está no referencial teórico deste trabalho no que se refere ao movimento estudantil.

Percebeu-se que a música não chamou muito atenção dos estudantes, talvez por não ser um ritmo que estejam acostumados, mas fizeram a atividade proposta e o que mais marcaram foram as palavras esperança, cuidar do mundo e tomar conta da amizade. Um estudante falou que hoje esses movimentos já não são tão presentes nas escolas de Ensino Fundamental, pois não existe grêmio estudantil nas escolas da cidade.

O movimento estudantil é uma importante ferramenta de luta dos estudantes

6.5 Educação para paz.

No dia 25 de outubro de 2022 foi realizado o último encontro com o tema “Educação para Paz”. Nesse dia estavam presentes os oito alunos. O encontro iniciou com a fala sobre a cultura da paz, que é construída a partir da atitude pessoal de cada um, sendo refletida nos mais diversos campos da vida, no meio ambiente, no respeito à diversidade e no bem-estar coletivo, que devemos fazer nossa parte para promover a paz no mundo.

A partir disso, perguntou-se: “De que maneira pode-se promover a paz no mundo, começando no espaço em que vivemos escola, comunidade, município, país?”.

Das respostas, destaca-se que três alunos falaram que seria “não brigando com as pessoas que convivem conosco”. Dois falaram que “devemos ter paz no trânsito, respeitar os mais velhos, não procurar confusão com os vizinhos”. Um disse que a violência está muito presente nas grandes cidades e que em Jaguarão também tem brigas no centro. Destacou que tem adolescentes que não sabem se divertir. Outro ainda lembrou da “guerra que estava acontecendo entre Ucrânia e Rússia onde muitas pessoas morreram”.

A partir disso, foi distribuída aos estudantes a letra da música “A paz” do grupo Roupas Novas e após responderam algumas perguntas.

Analisando as respostas dos estudantes, nota-se que a maioria diz trazer paz a família e amigos, outro escreveu o silêncio, jogar bola, ficar sozinho. Os sentimentos mais citados pelos estudantes foram paz e amor. Mencionaram que deve-se cultivar a paz através do respeito com o outro, estar em paz e harmonia. Que um mundo sem paz seria desorganizado, sem comunicação, sem respeito, haveria guerras e muitos conflitos.

Como ações sugeriram ajudar uma pessoa quando precisa, arrumar as ruas do bairro, tapar os buracos, não jogar lixo na rua, não gritar com o próximo, respeitar uns aos outros.

Segundo Guimarães (2005), a Educação para a Paz, nas últimas décadas, aprofunda-se na tentativa de construção teórica e busca afastar-se do modismo e senso comum dizendo que “[...] necessita ser estudada, conhecida, debatida, para que as propostas de educação para a paz, em terras brasileiras, ganhem fôlego e sustentação” (GUIMARÃES, 2005, p. 320).

Outros pontos importantes da Educação para a Paz são tratados por Jares (2002), como: a paz afeta diretamente a vida do ser humano; a paz se caracteriza pela ausência de violências e pela presença da justiça e igualdade; a paz está nos níveis interpessoal, intergrupar, nacional e internacional; a paz é um processo dinâmico. Neste caminho aponta para uma ideia muito importante quando diz que a “paz nega a violência, não os conflitos, que fazem parte da vida” (JARES, 2002, p. 132).

Educar para a paz demanda ações que promovam a dignidade humana, que defendam a construção de uma sociedade que tem como base a ética e que respeita e valoriza as pessoas.

Propõe-se a educação para os direitos humanos como sustento de uma nova ordem social, baseada na ética do respeito e do compromisso para o bem de todos (HAMMES; ZITKOSKI; BOMBASSARO, 2013, p. 30). Ou seja, uma educação que valoriza o meio no qual todos os seres humanos estão inseridos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para discutir as implicações desta pesquisa, este capítulo apresentará uma síntese reflexiva realizada a partir dos dados coletados e das análises realizadas.

Este Relatório Crítico-Reflexivo é resultado da pesquisa do tipo intervenção pedagógica desenvolvida em uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Jaguarão/RS. Seu objetivo era desenvolver o entendimento de cidadania. As ações foram planejadas a partir de práticas pedagógicas que estimularam a reflexão e a compreensão sobre o tema, desenvolvidas em cinco encontros denominados *Círculos Dialógicos*.

A investigação propôs temas que promoveram reflexões sobre cidadania, práticas de convivência em sociedade, o papel político do cidadão e cultura da paz. Constatou-se que as atividades propostas ampliaram os conhecimentos dos estudantes.

Os participantes, no momento inicial, foram receptivos, porém alguns não demonstraram interesse em participar das reflexões acerca do tema. Durante todos os primeiros encontros precisaram ser motivados a participar e se expressar. Nos últimos encontros foram mais receptivos.

O uso dos *Círculos*, neste trabalho, proporcionou aproximações até mesmo com os estudantes mais quietos, já que, com esta metodologia, “[...] há interesse não somente no que as pessoas pensam e por que pensam”, como explica Gatti (2005, p. 9).

Um dos fatores que atrapalhou foi o pouco tempo para desenvolver temas tão importantes, principalmente em um ano que se decidiria o futuro de uma nação.

Com a motivação necessária em cada encontro, eles foram deixando a timidez e começaram a se expressar e interagir. Embora parecessem não ter maturidade para se expressar, conseguiram atingir os objetivos que a pesquisadora almejava.

O tempo disposto para a realização das atividades, como já descrito, dificultou uma maior profundidade nos temas escolhidos, principalmente no momento vivido nacionalmente e internacionalmente, uma vez que eram temas que exigiam posicionamento e reflexão crítica. Esse fator pode ter prejudicado aqueles estudantes que são mais tímidos e que demoram para falar. Isto porque, embora

seja uma turma pequena, nem todos gostam de colocar seus posicionamentos, mas os que se expressaram foram de maneira positiva, interagindo e não fugindo do assunto.

A discussão sobre direitos e deveres dos cidadãos chamou a atenção da pesquisadora, pois a maioria dos estudantes confundiu e não soube distinguir a diferença entre o que é direito e o que é dever. Foi preciso uma retomada sobre o tema antes de iniciar o próximo.

Reforça-se a importância da pesquisa, uma vez que os estudantes tiveram a oportunidade de refletir diversos temas. Um deles falava sobre os direitos e deveres no contexto escolar, em que, na sua grande maioria, os alunos não sabiam da existência de documentos como o Regimento Escolar, por exemplo. Foi discutido que os docentes e funcionários também têm seus direitos e deveres. Aqui, revela-se uma relevante constatação: os documentos da escola, como Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico, nem sempre são feitos com a participação de todos os atores da escola.

Cabe salientar que outros temas de relevância foram trabalhados. Um exemplo foram as práticas de convivência em sociedade, em que foi falado sobre a importância e necessidade do respeito tanto entre eles, como com os docentes e de uma forma geral em sociedade. Falou-se também sobre o papel político do cidadão, pensando sobre a escola que temos e a escola que queremos.

Outro tema tratado e muito relevante foi a cultura da paz. Os estudantes puderam expressar quais ações poderiam realizar para cultivar a paz na sociedade, bairro e escola.

Destaca-se que não se pode desistir de sonhar com uma escola democrática. Mas para que os sujeitos envolvidos tenham uma sociedade democrática, a escola deve ser, também, democrática e autônoma, por isso é preciso sonhar.

De acordo com Freire (2001b, p. 25):

Um desses sonhos, para que lutar, sonho possível, mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades sociais diminuem em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa². No fundo é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa.

A escrita deste Relatório Crítico-Reflexivo possibilitou-me, enquanto pesquisadora, retomar as ações durante a intervenção pedagógica. Também permitiu que pudesse avaliar o desempenho enquanto profissional e pesquisadora.

Percebo que algumas ações poderiam ser abordadas de maneira diferente, principalmente quanto às músicas escolhidas para motivar os estudantes, que deveriam ter sido músicas mais atuais e no gênero que estão acostumados. Esse exercício de rever com outro olhar as ações possibilitará experiências sobre como saber se aproximar mais dos estudantes dessa faixa etária.

Ao encerrar esta pesquisa, percebo que a temática escolhida não se esgota e, sim, que deve ser mais trabalhada, construindo várias ações com os estudantes, já que os resultados apontam que a investigação promoveu a reflexão sobre cidadania, práticas de convivência em sociedade, o papel político do cidadão e a cultura da paz.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Adair; ANDREIS, Adriana. A escola na constituição da cidadania. *In*: SEIBT, Adelino; FIORIN, Cristina; KUHN, Martin. **60 anos da 14ª CRE: História, reflexões e ações**. Santo Ângelo: FURI, 2012.

ANSARA, Soraia; SILVA, Alessandro Soares. Escola e Comunidade: o difícil jogo da participação. *In*: D'AUREA-TARDELI, Denise; PAULA, Fraulein Vidigal de. **Formadores da criança e do jovem: Interfaces da Comunidade Escolar**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2014.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

ARAÚJO, Francisca Socorro. Cidadania e Educação. *In*: **INFOESCOLA: Navegando e aprendendo**. s.a., n.p. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/cidadania-e-educacao/>. Acesso em: jul. 2023.

ARAÚJO, Felipe. **INFOESCOLA: Movimento estudantil brasileiro**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/movimento-estudantil-brasileiro/>. Acesso em: 24 mai. 2022.

ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. *In*: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo (Org.). **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 31-80.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo* Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. **Lei 5692/71**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Câmara dos Deputados: Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 2022.

BRASIL. **Decreto nº 72.846**, 26 de setembro de 1973. Regulamentada a Lei n.º 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Diário Oficial, Brasília, DF, 27 set.1973. Seção 1, p. 9746

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Lei no 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República

Federativa do Brasil, Brasília, DF, nº 248, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação - PNE, 2014-2024]. **Lei Federal 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CAMARGO, Orson. Conceito de Cidadania. In: **Brasil Escola**. s.a. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cidadania-ou-estadania.htm>. s.d. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERE, Marilza (Orgs.) **Interação Escola Família: Subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192. Acesso em: 21 nov. 2021.

CIDADANIA. In: Dicionário Online de Português. **Dicio**: Dicionário Online de português, 2017. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cidadania/#:~:text=Significado%20de%20Cidadania,%C3%A9%20um%20ato%20de%20cidadania>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CIDADANIA URUGUAIA: como obter, quanto custa. **jafezasmalas**, 2019. Disponível em: <https://www.jafezasmalas.com/cidadania-uruguaia>. Acesso em: 10 mai. 2023.

COSTA, Joyce Vieira da; GUINDANI, Miriam Krenzinger. Didática e pedagogia do diário de campo na formação do Assistente Social. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 265-278, 2012.

DALLARI, Dalmo A. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DAMIANI, Magda Floriana; ROCHEFORT, Renato Siqueira; CASTRO, Rafael Fonseca de; DARIZ, Marion Rodrigues; PINHEIRO, Sílvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel**. Pelotas, n. 45, p. 57-67, jul. / ago. 2013.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001a.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: ensaios. 5 ed. São Paulo: Cortez: 2001b.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Organização e participação Ana Maria de Araújo Freire. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. 160p.

GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização. *In*: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). **Autonomia da escola**: princípios e propostas. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

GATTI, Bernadetti Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livros, 2005.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRINSPUN, Mirian. **A Orientação educacional**: Conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. Educação para a paz: sentidos e dilemas. Caxias do Sul, RS: **Educs**, 2005.

HAMMES, Lúcio J.; ZITKOSKI, Jaime J.; BOMBASSARO, Luiz C.; Ética, Educação e Direitos Humanos. **Signos**, ano 34, n.1, p. 21-32, 2013.

JARES, Xésus. **Educação para a paz**: sua teoria e sua prática. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 10. ed. São Paulo, Cortez: 2008.

LÜCK, Heloisa *et al.* **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** 4 ed. Rio de Janeiro: DPLA, 2000.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania e Classe Social.** 2. ed. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teorias, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico metodológicas sobre o campo de pesquisa. **MÉTIS: história & cultura**, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006.

MORAES, Guilherna Peña de (Org.) **Constituição Federal.** 3. ed. Imbituba, São Paulo: Editora Foco, 2019.

NET Educação. **Educação para cidadania: conhecimento como instrumento político de libertação.** 2014. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/noticias/educacao-para-a-cidadania-conhecimento-como-instrumento-politico-de-libertacao>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PINHEIRO, Eliana Moreira; KAKEHASHI, Tereza Yoshiko; ANGELO, Margareth. O uso de filmagem em pesquisas qualitativas. **Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]**. 2005, vol.13, n.5, pp.717-722. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-11692005000500016>. Acesso em: 02 de jun. 2020.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros.** 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PPP. **Projeto Político Pedagógico: Escola Municipal de Ensino Fundamental Fernando Corrêa Ribas.** 2020.p.04

REGIMENTO ESCOLAR. **Regimento Escolar: Escola Municipal de Ensino Fundamental Fernando Corrêa Ribas.** 2020.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Educ, Cortez, 2013.

ROMÃO, José Eustáquio. **Dialética da diferença: o projeto da escola cidadã frente ao projeto neoliberal.** São Paulo, Cortez, 2000.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003. (Guia da Escola Cidadã, v. 2).

ROMÃO, José Eustáquio. Educação de jovens e adultos: problemas e perspectivas. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 7. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2005. cap. 4. (Guia da Escola Cidadã, v. 5).

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Editora Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 2009.

TEIXEIRA, Fladiane Nunes. **Nas pegadas das crianças**: uma etnografia pelo bairro Vencato, Jaguarão/RS. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

TRIGO, Carmen Esperança Cesar. **Análise de uma experiência de intervenção pedagógica com uso de experimentos matemáticos**: discutindo a importância da extensão universitária na formação docente. 2011. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ensino de Ciências, Instituto Federal do Rio de Janeiro, Nilópolis, 2012.

ZITKOSKI, José Jaime, HAMMES, Lúcio. Juventude, educação e cidadania: os desafios da participação social e política. **Revista Debates**, s.l., v.8, n.2, p. 119–139. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.46470>

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
MESTRADO PROFISSIONAL
CAMPUS JAGUARÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO

Título da pesquisa: Construindo a cidadania: uma pesquisa com estudantes do Ensino Fundamental de uma escola Pública Municipal.

Pesquisadora responsável: Valéria Silva Brum

Pesquisadores participantes: Dr. Lúcio Jorge Hammes e Mestranda Valéria Silva Brum

Instituição: Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Telefone da pesquisadora para contato: (53) 98437-8592

E-mail:valeriabrum.aluno@unipampa.edu.br

Prezado participante, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa/intervenção intitulada “Construindo a cidadania: uma pesquisa com estudantes do Ensino Fundamental de uma escola Pública Municipal” desenvolvida por Valéria Silva Brum, discente do curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, sob orientação do

Professor Dr. Lúcio Jorge Hammes. O objetivo central do estudo é: desenvolver o entendimento de cidadania em uma turma de 9º ano de uma escola pública municipal, inserida num bairro periférico da cidade de Jaguarão R/S.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua

participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma de atendimento pela pesquisadora, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. O nome e a identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pela pesquisadora responsável. Haverá o compromisso de divulgação dos dados obtidos apenas em reuniões e publicações científicas conforme as determinações éticas da Instituição. Os resultados estarão à sua disposição, quando finalizada. Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar, se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar deste estudo. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

JAGUARÃO, __ DE _____ DE 2022.

Participante da Pesquisa

Valéria Silva Brum

APÊNDICE B - PROJETO DE EXTENSÃO



FORMULÁRIO DE REGISTRO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

1) DADOS DA PROPOSTA

Modalidade	Modalidade <input type="checkbox"/> Programa X Projeto		
Título	Construindo a cidadania: uma pesquisa com estudantes do Ensino Fundamental de uma escola Pública Municipal.		
Data do Início	00/08/2022 Data de Término 00/11/2022		
Coordenador	Nome	Lúcio Jorge Hammes	
	E-mail	luciohammes@unipampa.edu.br	
	TELEFONE	(51)989476051	
Unidade do Coordenador	Campus Jaguarão		
Município de execução da ação	Jaguarão		
Curso(s) de Graduação ou Pós-Graduação a que se vincula a ação	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEdu		
Proposta vinculada à programa de extensão	x Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual:		
Área do conhecimento principal (conforme classificação do CNPq)	Educação		
Área temática principal (conforme Política Nacional de Extensão)	Planejamento Educaciona		
Carga horária semanal do projeto (calculada a partir da soma de todas as atividades que envolvem o projeto – do	0 h/sem	Carga horária EAD	6h/sem

planejamento até a elaboração do relatório final)			
Palavras-chave (04 no máximo)	Cidadania,		

* Para submissão do projeto no sistema institucional será necessário inserir os dados da equipe executora (nome, e-mail e CPF) e a carga horária semanal dedicada à atividade.

2) PROPOSTA

2.1 RESUMO DA PROPOSTA

O presente trabalho é um relatório crítico reflexivo que resultará em uma pesquisa que tem por finalidade desenvolver o entendimento de cidadania com estudantes do 9º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Fernando Corrêa Ribas em Jaguarão, Rio Grande do Sul, refletindo e indo além dos direitos e deveres dos cidadãos. Para tanto será trabalhado com eles o conceito e entendimento de cidadania. O método desta pesquisa é do tipo intervenção pedagógica e, a partir de uma investigação inicial será feito cinco encontros que serão chamados Circulo Dialógico, e feita à análise de documentos como Regimento do Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico que mostram como se dá esse movimento de participação estudantil na teoria. As ações da escola estão pautadas por documentos como o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico, os quais demandam da participação de toda comunidade escolar na sua elaboração e a tarefa da escola é que essa participação se efetive na prática, na gestão democrática da escola.

2.2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho de intervenção surgiu através da necessidade de reunir os estudantes do 9º ano para discutirem sobre o tema cidadania e para que serve, despertando a consciência para possibilidades de ações que transformem e melhorem a realidade social em que estão inseridos.

A formação cidadã inicia em casa no meio familiar e se estende ao longo da vida, nas relações interpessoais, escolhas, justiça, e a escola deve proporcionar momentos de reflexão sobre sua conduta, tanto na família, na escola e na sociedade e se reconheça acima de tudo agentes de transformação e sujeitos da própria história.

2.3 OBJETIVOS

O Projeto tem como objetivo geral: Desenvolver o entendimento de cidadania em uma turma de 9º ano; e como objetivos específicos: Discutir sobre os direitos e deveres dos cidadãos; Refletir sobre o que é ser cidadão e cidadania; Conhecer o Movimento Escola Cidadã.

2.4 METODOLOGIA

O método desta pesquisa é do tipo intervenção pedagógica e, a partir de uma investigação inicial será feito cinco encontros que serão chamados Circulo Dialógico, 1º Encontro: Direitos e deveres dos cidadãos; 2º Encontro: Como viver para ter direito a cidadania?; 3º Encontro: Práticas de Convivência; 4º Encontro: O papel

político do Cidadão; 5º Encontro: Educação para paz. Sempre ao final de cada encontro será feita uma avaliação e registro de cada encontro.

2.5 RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Considerando os pilares de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos através das ações formativas, pretende colaborar com as relações de aprendizagem entre a Universidade e a comunidade escolar. As ações desenvolvidas oportunizam trocas de saberes entre cada membro. Assim, os participantes contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado que está em andamento no PPGEdu/Unipampa

2.6 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que esse Projeto de Pesquisa tenha contribuído com os estudantes no entendimento de cidadania, na sua formação, construção e participação política.

2.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSARA, Soraia; SILVA, Alessandro Soares. In: Escola e Comunidade: o difícil jogo da participação. Formadores da criança e do jovem – Interfaces da Comunidade Escolar. São Paulo: CENGAGE Learning, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, nº 248, 23 dez. 1996. Disponível em: Acesso em: 13 de março.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERE, Marilza (Orgs) In: "Interação Escola Família, Subsídios para práticas escolares". Brasília. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192. Acessado em 21/11/21.

<https://www.infoescola.com/sociologia/cidadania-e-educacao/> Acessado em 12/11/21

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/panorama>. Acesso em : 17 de junho.

<https://www.infoescola.com/historia/movimento-estudantil-brasileiro/>

DAMIANI, Magda Floriana; ROCHEFORT, Renato Siqueira; CASTRO, Rafael Fonseca de; DARIZ, Marion Rodrigues; PINHEIRO, Sílvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel. Pelotas, n. 45, p. 57-67, jul. / ago. 2013

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 26ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. Pedagogia da Autonomia – saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

_____. Educação como prática de liberdade. São Paulo: Paz e terra, 2006.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. "Educação para cidadania: o conhecimento como

instrumento político de libertação”. Disponível em:

<https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/noticias/educacao-para-a-cidadania-conhecimento-como-instrumento-politico-de-libertacao> . Acessado em 15/11/2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. – 6. ed. - 4. reimpr.- São Paulo: Atlas, 2011.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli Elisa D. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986,99p.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org). A família contemporânea em debate. São Paulo: Educ, Cortez, 1995.

ROMÃO, José Eustáquio. Dialética da diferença: o projeto da escola cidadã frente ao projeto neoliberal. São Paulo, Cortez, 2000.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Editora Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez, 2009.

<https://www.dicio.com.br/cidadania/>. Acessado em 17/05/2022.

<https://www.educabrasil.com.br/escola-cidada/>. Acessado em 24/05.

Zitkoski, José Jaime, Hammes, Lúcio. Juventude, educação e cidadania: os desafios da participação social e política. Revista Debates. 2014.